



**MUNICÍPIO DE IBAITI**  
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO  
Dispensa de Licitação  
Nº 3/2020  
Processo Administrativo  
Nº 8/2020

**INTERESSADO**

Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaíti  
ROBSON DA SILVA REIS

**Objeto**

Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,;

Prazo de Entrega/Execução: (60 Dias);

Previsão Contratual: Até 90 Dias;

Critério de Avaliação: Menor Preço, Por Item;

Valor Máximo: R\$ 2.993,00 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais).

**ENCAMINHAMENTO**

	DATA	UNIDADE	RÚBRICA		DATA	UNIDADE	RÚBRICA
1				1			
2				2			
3				3			
4				4			
5				5			
6				6			
7				7			
8				8			
9				9			
10				10			
11				11			
12				12			
13							



HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE IBAITI

CNPJ – 80.617.319/0001-08

Rua Francisco de Oliveira, 692



**MEMORANDO INTERNO**

Ibaíti (PR), 08 de janeiro de 2020.

Exmo. Senhor

**ANTONELY DE CASSIO ALVES CARVALHO**

PREFEITO

**Assunto:** Dispensa de Licitação para serviços de desratização.

Venho por meio deste, respeitosamente solicitar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito autorização para realização do Processo de Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada em serviços de dedetização – desratização (descritivo em anexo), serviço este a ser realizado em todo o prédio do Hospital Municipal. Tal solicitação se faz levando em consideração que o prédio da FHSMI se encontra em reforma, sendo assim aconteceu um grande acumulo de restos de obras, levando em consequência o aparecimento de roedores ao entorno da obra.

Informamos que a referida aquisição se fara com a empresa **L.R.A. WATFE & CIA LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ 17.390.286/0001-61**, no valor de R\$ 2.993,00 (*dois mil novecentos e noventa e três reais*), sendo a empresa que apresentou o menor preço.

Sem mais para o momento, na esperança de uma boa acolhida, subscrevemos o presente.

**ROBSON DA SILVA REIS**

Presidente da F.H.S.M.I.

**Robson da Silva Reis**  
PORTARIA Nº 1577, DE 10 DE ABRIL DE 2019  
PRES. DA FUND. HOSPITALAR DE SAÚDE  
MUNICIPAL DE IBAITI

01

## RELATÓRIO TÉCNICO

**REFERÊNCIA:** Visita Técnica ao Hospital Municipal de Ibaiti, realizada em 11 de dezembro de 2019.

Tratou-se de visita técnica realizada no Hospital Municipal de Ibaiti, a qual foi solicitada pelo Gestor Municipal à Secretaria de Estado da Saúde/Coordenadoria de Vigilância Sanitária. O referido estabelecimento encontra-se em obras para reforma, mantendo nesta condição a prestação de serviços à população. Tal fato motivou a emissão do Termo de Intimação nº 22/019, redigido pela equipe de Vigilância Sanitária da 19ª Regional de Saúde, no qual constam prazos para regularização de condições sanitárias no Hospital Municipal de Ibaiti mediante riscos verificados no estabelecimento por conta da reforma.

Previamente a visita, realizou-se em 10 de dezembro de 2019, no período da manhã, uma reunião com a equipe da 19ª Regional de Saúde, com a finalidade de uniformização das informações relativas ao andamento da reforma no Hospital municipal de Ibaiti, bem como das ações adotadas em nível local até o presente momento. Também buscou-se verificar junto à equipe da Regional de Saúde e do Município de Ibaiti entendimentos a respeito da viabilidade ou não do Hospital manter o atendimento à população durante o tempo de reforma, desde que houvesse a apresentação de um plano de contingência por parte do Gestor Municipal.

A visita técnica ao Hospital ocorreu no período da tarde e foi acompanhada por: Carlos Alexandre Vieira, engenheiro civil do Departamento de Engenharia da Secretaria de Estado da Saúde; Dr. Antonely de Cassio Alves de Carvalho, prefeito do Município de Ibaiti; William Martins Borges, secretário de saúde do Município de Ibaiti; Dr. Juventino Antonio de Moura Santana, procurador geral do Município de Ibaiti; Carlos Alberto Maia Tabalipa, engenheiro do Município de Ibaiti; Robson da Silva Reis, presidente da Fundação Hospitalar de Ibaiti; Doroteu Lourenço da Veiga, agente sanitário do Município de Ibaiti; Wilha Galdino Alves, ex-secretário de saúde do Município de Ibaiti; Antonio Vincenzi, engenheiro do Município de

*[Assinaturas manuscritas]*



Ibaiti, responsável técnico pelo projeto arquitetônico; Dra. Andreia Gentili, procuradora da Fundação Hospitalar de Ibaiti.

Durante a visita verificou-se que a unidade não estava em boas condições de higiene e limpeza – área interna e externa - e que não há processos de trabalho estabelecidos em conformidade com a legislação sanitária vigente, sugerindo risco de dano a saúde da população. Embora a equipe não tenha realizado uma inspeção sanitária no estabelecimento, alguns pontos puderem ser facilmente identificados ou foram relatados por funcionários, pacientes e acompanhantes ao serem questionados pela equipe, conforme descrito abaixo.

#### **SEGURANÇA DO PACIENTE**

- Inexistência de Núcleo de Segurança do Paciente formalmente constituído;
- Ausência de pulseira de identificação nos pacientes internados.
- Inexistência de avaliação do risco de queda do paciente por meio de instrumento validado, no momento da admissão;
- Não são adotadas medidas gerais e específicas para a prevenção de quedas para os pacientes;
- Ausência de dupla checagem, na dispensação e administração de medicamentos de alta vigilância;
- Ausência de Protocolo de Higiene de Mãos, com dispensadores de produtos alcoólicos fixados em paredes longe dos pontos de assistência, vazios ou com acionamento estragado. Alguns apresentavam datas de validade do produto alcoólico vencidas.

#### **CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR**

- Inexistência de Comissão de Controle de Infecção Hospitalar formalmente constituída. Não há informação sobre as medidas adotadas pelo estabelecimento para o controle de infecção;
- Presenciado na Enfermaria da Pediatria, paciente com quadro de diarreia infecciosa sem qualquer sinalização para a equipe de assistência e/ou demais trabalhadores, evidenciando que a equipe de assistência não adere às medidas de precauções padrão e de contato, conforme estabelecido nas legislações vigentes;



- Quando questionados, os acompanhantes referem não terem recebido orientação quanto às medidas de precauções necessárias e higienização das mãos;
- Ausência de protocolo para identificação e implantação precoce de medidas de precaução de contato para pacientes com microrganismos multirresistentes;
- Ausência de registro de treinamento dos profissionais responsáveis pela higienização dos ambientes quanto às recomendações de limpeza e desinfecção, com ênfase nas áreas de isolamento, minimamente anual e na admissão de novos profissionais;
- Ausência de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos (avental de manga longa, máscaras, óculos de proteção e luvas) em pontos estratégicos;
- Materiais e artigos estéreis embalados de maneira inadequada, com datas de validade expiradas;
- Artigos embalados em tecido de algodão com presença de rasgos, propiciando acesso de microrganismos.
- Ausência de lentes intensificadoras de imagem, de no mínimo oito vezes de aumento;
- Ausência de padronização de cada etapa do processamento do instrumental cirúrgico e dos produtos para saúde elaborado com base em referencial científico atualizado e normatização pertinente.
- Presença de materiais estéreis sem identificação no Pronto Atendimento. É obrigatória a identificação nas embalagens dos produtos para saúde submetidos à esterilização por meio de rótulos ou etiquetas. O rótulo de identificação da embalagem deve conter: nome do produto; número do lote; data da esterilização; data limite de uso; método de esterilização; e nome do responsável pelo preparo.
- Ausência de rastreabilidade dos produtos processados na Central de Materiais Esterilizados;
- Utilização de produto químico domiciliar para a desinfecção dos artigos hospitalares. Não há padronização do processo de diluição do mesmo;
- Ausência de arsenal para a guarda dos materiais estéreis. Os produtos esterilizados devem ser armazenados em local limpo e seco, sob proteção da luz solar direta e submetidos à manipulação mínima;
- Ausência de área exclusiva para a desinfecção química de artigos hospitalares;
- Ausência de equipamentos (pistola de ar comprimido medicinal, gás inerte ou ar filtrado, seco e isento de óleo) para a secagem de canulados;

- Ausência de controle da água (o enxágue dos produtos para saúde deve ser realizado com água que atenda aos padrões de potabilidade definidos em normatização específica)
- Não havia evidência que o transporte dos artigos contaminados que seriam encaminhados para esterilização seria realizado em recipiente fechado, identificado e de fácil higienização, com os artigos devidamente separados (terapia ventilatória e instrumentais).
- Ausência de dispensadores de solução alcoólica na entrada dos setores e entre os leitos e outros locais estratégicos para higiene das mãos de profissionais e visitantes.
- Falta de identificação (data e nome do profissional responsável) em procedimentos invasivos realizados em pacientes (punções venosas).
- Soluções antissépticas sem prazo de validade e sem etiquetas de identificação contendo: nome do produto, data do envase e data de validade e assinatura de quem realizou a troca.
- Lavatórios de mãos em número insuficiente, dispensadores de papel toalha, sabonete líquido e solução alcoólica em mal estado de conservação e higiene, quebrados, desabastecidos e sem identificação;

#### PRONTO ATENDIMENTO

- Gaveta de medicamentos com sujeira visível;
- Existência de medicamentos fracionados sem rotulagem e registro que garanta sua rastreabilidade, pois não possuíam clareza das seguintes informações: nome comercial e genérico, forma farmacêutica, concentração da substância ativa, nome do fabricante, número de lote e prazo de validade do fabricante, número de lote e prazo de validade dos medicamentos fracionados, nome ou número do CRF do farmacêutico responsável pela atividade, via de administração (quando restritiva), número, código ou outra forma de identificação que garanta a rastreabilidade;
- Presença de grande quantidade de máscaras de nebulização, acondicionadas dentro de embalagem plástica, de forma não individualizada, e sem controle de limpeza e validade do material para uso;
- Profissionais de saúde com uso de adornos nos postos de trabalho, contrariando a determinação prevista na norma NR32, a qual veda o uso de: alianças, anéis, pulseiras, relógios de uso pessoal, colares, brincos e etc. A proibição do uso de adornos protege o



trabalhador de riscos biológicos devido à possibilidade de aderência de microrganismos nas superfícies destes objetos

## ENFERMARIAS

- Presenciado acompanhante dividindo o leito com o paciente, no setor de pediatria;
- Presenciado em uma das Enfermarias Feminina, um paciente masculino e uma paciente feminina, internados no mesmo ambiente. Ao questionar a acompanhante do paciente masculino, fomos informadas de que o paciente havia sido transferido para aquele local, pelo fato da Enfermaria Masculina ficar em uma área que não permite a entrada de maca. O paciente do sexo masculino era um senhor de idade avançada, não comunicativo, apresentando quadro infeccioso pulmonar e em uso de oxigenioterapia;
- Os quartos não possuem instalações de gases medicinais e vácuo clínico, canalizados, em número suficiente para os leitos. Em parte dos quartos há presença de cilindros de oxigênio de grande volume, fixos por correntes;
- Possui instalações de sinalização de enfermagem em número e localização insuficientes para os leitos. Os equipamentos testados não funcionaram.

## IMAGENOLOGIA

- A sala de exames estava ocupada no momento da visita. Quando questionado sobre a existência de levantamento radiométrico, o presidente da fundação sinalizou positivamente relatando que o mesmo estava atualizado e em conformidade com a legislação vigente;
- Presença de bombonas de revelador, materiais e equipamentos estocados na câmara clara.
- 

## CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

- Em obras e isolado;

## NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

- Presença de insetos sobrevoando o local;



- Não há ambiente exclusivo para o lactário ou barreira técnica constituída. O preparo de fórmulas ocorre em área de limpeza de louças e outros utensílios;
- Ausência de refrigerador exclusivo para a conservação das mamadeiras;
- Presença de panos de prato de tecido.
- Ausência de telas milimetradas;

## FARMÁCIA

- Ausência de evidência de que é realizada dupla checagem da dispensação nas prescrições de medicamentos potencialmente perigosos (MPP) e de baixo índice terapêutico;
- Ausência de controle dos medicamentos e produtos distribuídos em outros locais do hospital (PA);
- Controle e registro irregular de temperatura do refrigerador e ambiente sem evidência de medida corretiva;
- Presença de alimentos dentro do refrigerador exclusivo para produtos termolábeis;
- Falta de evidência de que o fracionamento/unitarização das doses é executado por profissional farmacêutico ou sob a sua supervisão;
- A rotulagem e o registro do fracionamento dos medicamentos não garantem a rastreabilidade do medicamento submetido ao fracionamento, pois os medicamentos fracionados do PA não possuíam clareza das seguintes informações: nome comercial e genérico, forma farmacêutica, concentração da substância ativa, nome do fabricante, número de lote e prazo de validade do fabricante, número de lote e prazo de validade dos medicamentos fracionados, nome ou número do CRF do farmacêutico responsável pela atividade, via de administração (quando restritiva), número, código ou outra forma de identificação que garanta a rastreabilidade;
- Presença de saneantes sem registro/notificação na ANVISA;
- Falta de condições favoráveis de armazenamento dos produtos (temperatura, umidade e empilhamento máximo recomendado pelo fabricante);
- A farmácia não possui área de armazenamento com capacidade suficiente para assegurar a estocagem ordenada e racional das diversas categorias de materiais;
- A diluição de germicidas é executada pelo farmacêutico dentro da farmácia, em bancada imprópria para este fim e sem registro de controle do preparo das diluições;
- Falta de evidência do uso de Equipamentos de Proteção Individual na diluição de germicidas;



- As soluções germicidas diluídas não possuem identificação contendo o nome do produto, número de lote, prazo de validade com base nos dados do fabricante ou na estabilidade do produto, data de preparo, concentração, rubrica do responsável pela diluição.

#### **CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO/UNIDADE DE PROCESSAMENTO**

- Parte da Central de Materiais encontra-se em obra e isolada da edificação. Dois ambientes foram improvisados para as atividades de pré-lavagem dos materiais e armazenamento de materiais esterilizados. O último, antes berçário, permanece com os materiais e equipamentos da atividade anterior, bem como outros inservíveis.

#### **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS**

- Amostras sendo processadas em ambiente aberto e expostas a ambiente sem controle, com poeira e sujeira visível sobre a bancada;
- Má conservação dos equipamentos;
- Estrutura física do laboratório em péssimas condições, com bolor em grande parte do teto da sala de coleta de sangue e paredes quebradas (buraco na parede) onde existem equipamentos;
- Existência de produto domissanitário e esponja em péssimas condições de uso sobre pia do laboratório.

#### **PROCESSAMENTO DE ROUPA**

- Os produtos saneantes e desinfetantes utilizados no processamento de roupas são de uso doméstico ou não são regularizados junto a ANVISA;
- Falta de evidência do uso de Equipamentos de Proteção Individual para coleta da roupa suja, para área suja da lavanderia e para área limpa da lavanderia;
- Área de estendal constituída sugerindo secagem ao ar livre;
- Calandra desativada;
- Presença de inservíveis na área limpa;
- Ausência de recursos para higienização das mãos nas áreas limpa e suja e comunicação entre os setores;



- Bancada de passar de madeira bruta;

#### **CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO**

- Não há área constituída exclusivamente para esta finalidade. Foram constatados materiais inservíveis ou armazenados em diversos ambientes e também na área externa da edificação;

#### **CONFORTO E HIGIENE**

- Os banheiros e vestiários centrais encontram-se em obras;
- As instalações sanitárias e as áreas de descanso foram improvisadas em outros ambientes;

#### **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

- Parte da unidade encontra-se em obra, mas não havia atividade durante a visita técnica;
- Contenções para isolamento das áreas em obra foram recentemente realizadas, em gesso acartonado, apresentando pintura fresca, contrariando a determinação do Termo de Intimação nº 22/2019 emitido pela 19ªRS;
- De maneira geral, a edificação não possui a ambiência necessária para uma unidade hospitalar de acordo com preconizado pela RDC nº 50/2002/ANVISA, o que justifica a necessidade de obras de reforma e ampliação;
- As obras iniciadas refletem o projeto arquitetônico que foi analisado brevemente durante a visita. O projeto arquitetônico foi aprovado por técnico da 18ª RS mas possui deficiências em relação a legislação vigente. O projeto de gases medicinais e vácuo clínico também foi apresentado e analisado brevemente durante a visita, onde também contatou-se deficiência;
- Em toda a edificação há presença de infiltrações, mofo, indícios de manutenção preventiva e corretiva deficiente para os revestimentos de pisos, paredes e tetos, bem como para as esquadrias.



- Grande parte do mobiliário é constituído de material inadequado ou apresentava sujidade, umidade, mofo, ferrugem, estufamento, rachaduras, partes quebradas ou danificadas;
- Não possui instalações de ar-condicionado de acordo com a NBR 16401 e NBR 7256, nem previsão de instalação no projeto e planilhas orçamentárias previamente aprovadas para execução das obras.
- Não há corrimão/bate-macas nos corredores;
- Portas possuem medidas menores àquelas preconizadas pela RDC nº 50/2002/ANVISA;
- Não possui acessibilidade de acordo com a NBR 9050;
- Possui ambientes enclausurados;
- Clara deficiência no gerenciamento de resíduos de saúde indicando ausência de um plano de gerenciamento de resíduos implementado: os resíduos não são segregados corretamente no local onde são gerados; não há coletores com tampa e acionamento não manual, revestidos com sacos apropriados e sinalização de acordo com a NBR 7500 nos locais de geração e em número apropriado;
- O abrigo externo de resíduos encontra-se em obras. Há presença de resíduos acondicionados em sacos plásticos depositados diretamente no chão. Não há telas nas aberturas, sistema de fechamento das portas e sinalização de advertência de acordo com a NBR 7500;
- O município foi instruído a contactar a empresa coletora com urgência e solicitar com as bombonas para acondicionamento;

## CONCLUSÃO

As atuais instalações do Hospital Municipal de Ibaiti e os processos de trabalho não atendem o preconizado pela legislação vigente e não propiciam um atendimento seguro.

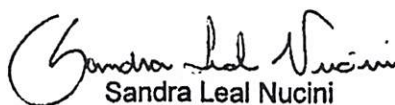
Diante do risco e da possibilidade de interdição cautelar e do prejuízo social que tal ação acarretaria, propõe-se oportunizar ao Município que realize ações emergenciais diante do que foi apresentado no relatório e do que preconiza a legislação sanitária, especialmente em relação à manutenção e limpeza e da implantação e/ou correção dos processos de trabalho, comprovando assim, dentro de um prazo razoável, que a unidade possui condições de continuar funcionando e assim evitar a interdição cautelar.

Após o prazo acordado uma inspeção sanitária deverá ser realizada no local, com base na legislação vigente, para verificar se a unidade possui ou não condições de continuar funcionando.

Diante das inconformidades verificadas não há possibilidade de dar continuidade as obras ou de iniciar novas. Mesmo que anteriormente aprovado o projeto de reforma e ampliação do Hospital deve passar por uma revisão a partir de Parecer Técnico emitido pelo Setor de Análise de Projeto de Estabelecimento de Saúde. As discussões sobre a continuidade das obras poderão ser retomadas após a conclusão do relatório da inspeção sanitária e quando o projeto e as planilhas orçamentárias apresentarem condições favoráveis para tal.

Visto as condições da Central de Materiais, sugere-se fortemente que o processamento de materiais seja terceirizado com a máxima celeridade possível até a adequação dos processos de trabalho e da estrutura física existente.

Curitiba, 11 de dezembro de 2019.

  
Sandra Leal Nucini

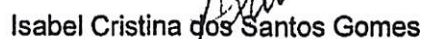
Enfermeira | COREN

Divisão de Vigilância Sanitária em Serviços de Saúde

  
Patrícia Capelo

Enfermeira | COREN

Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária em Serviços de Saúde

  
Isabel Cristina dos Santos Gomes

Arquiteta | CAU A57208-0

Chefe do Setor de Análise de Projeto de Estabelecimentos de Saúde



**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Em onze de dezembro de dois mil e dezenove, data seguinte a visita técnica no Hospital Municipal de Ibaiti, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Ibaiti, entre nove horas e trinta minutos e onze horas, para tratar do funcionamento daquela unidade de saúde em face das obras iniciadas, do termo de intimação número vinte e dois, do ano de dois mil e dezenove, apresentado pela Décima Nona Regional de Saúde, da solicitação do gestor local e das condições verificadas pela equipe durante a visita, os seguintes representantes: Patrícia de Jesus Capelo, enfermeira, chefe da Divisão de Vigilância Sanitária em Serviços de Saúde da Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Estado; Sandra Leal Nucini, enfermeira da Divisão de Vigilância Sanitária em Serviços de Saúde da Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Estado; Isabel Cristina dos Santos Gomes, arquiteta, Chefe do Setor de Análise de Projetos de Estabelecimentos de Saúde da Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Estado; Carlos Alexandre Vieira, engenheiro civil do Departamento de Engenharia da Secretaria de Estado da Saúde; Dr. Antonely de Cassio Alves de Carvalho, prefeito do Município de Ibaiti; William Martins Borges, secretário de saúde do Município de Ibaiti; Dr. Juventino Antonio de Moura Santana, procurador geral do Município de Ibaiti; Carlos Alberto Maia Tabalipa, engenheiro do Município de Ibaiti; Robson da Silva Reis, presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti; Doroteu Lourenço da Veiga, agente sanitário do Município de Ibaiti; Wilha Galdino Alves, ex-secretário de saúde do Município de Ibaiti; Fernanda Alcântara Rocha, chefe da Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador da Décima Nona Regional de Saúde do Estado; Antonio Henrique Mariano, promotor de saúde, inspetor de saneamento da Vigilância Sanitária da Décima Nona Regional de Saúde do Estado; Lucas Xavier Fernandes Martin, promotor de saúde, farmacêutico da Vigilância Sanitária da Décima Nona Regional de Saúde do Estado. Com a permissão do Prefeito Municipal, Dr. Antonely, Patrícia Capelo iniciou a reunião esclarecendo que embora a intenção da equipe ao visitar o Hospital não tenha sido a de realizar uma inspeção sanitária e sim a de verificar a situação local diante do início de obras concomitantemente ao funcionamento da unidade, a equipe deparou-se com um cenário sugestivo de risco para a assistência à saúde, passando a elencá-los conforme consta do relatório anexo, e que diante do cenário, ações emergenciais precisavam ser tomadas. Os presentes não manifestaram oposição ou discordância aos itens descritos no relatório. Dr. Antonely e William, Secretário de Saúde, ressaltaram a importância da unidade no atendimento da população da região e justificaram que as obras visavam justamente corrigir os problemas estruturais da unidade e que o município tem carência de mão de obra capacitada, o que contribuiu para a situação verificada pela equipe. Ressaltaram ainda que a partir de janeiro de dois mil e vinte, o município fará um processo seletivo para contratação de novos servidores, mas que estes somente poderão assumir suas funções a partir do mês de março e que o município necessitará de apoio para a capacitação dos mesmos. Patrícia colocou-se à disposição para capacitar os atuais e os novos servidores. Fernanda apresentou-se como representante do Diretor da Décima Nona Regional de Saúde e também se colocou à disposição, assim como sua equipe, para apoiar o município. Dr. Antonely e William informaram que apesar do cenário verificado, a unidade possui procedimentos operacionais padronizados e os apresentou impressos. Sandra destacou que embora os Gestores tivessem apresentado os procedimentos, os funcionários da unidade demonstraram desconhecê-los durante a visita. Orientou sobre a correta elaboração dos procedimentos e a necessidade de atualizá-los e validá-los com a equipe antes de submetê-los à análise da Regional de Saúde. Ao ser questionado por Sandra, William declarou se sentir seguro caso precisasse ser atendido na unidade. Antonio Henrique, servidor da Regional de Saúde, informou que, diante do termo de intimação e da constatação pela equipe da Coordenadoria de que contenções para o isolamento das áreas em obra, foram realizadas com a unidade em funcionamento, um processo administrativo seria aberto. Ressaltou que sempre se colocou e que se mantém à disposição do município. Dr. Antonely e Dr. Juventino, Procurador Geral do

Secretaria da Saúde do Paraná  
Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde - DAV  
Coordenadoria de Vigilância Sanitária - CVIS

Rua Piquiri, 170 - Curitiba-Paraná | CEP: 80230-140 Fone (41) 3330-4593 | [visa@sesa.pr.gov.br](mailto:visa@sesa.pr.gov.br)





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA SAÚDE

Município, justificaram que houve falha na comunicação e divergência entre o que foi acordado verbalmente e o conteúdo da intimação e que não ficou claro para o Município qual ação deveria ser tomada por eles. Antonio Henrique ressaltou que os Gestores não o procuraram diretamente para tratar da questão, o que pode ter levado ao desentendimento. Isabel informou que o Município poderá apresentar justificativas no processo, em momento oportuno. Informou ainda que ao analisar rapidamente o projeto proposto, cujas obras foram iniciadas, verificou inconformidades em relação à legislação vigente, havendo necessidade de uma revisão antes da retomada das obras. Esclareceu ainda que, considerando as alegações dos gestores, a equipe compreendia a importância da manutenção da unidade sob o ponto de vista social, para o município e para a região, mas que diante da situação encontrada não haveria possibilidade de manutenção de obras antes que os processos de trabalho fossem corretamente estabelecidos. Propôs-se então oportunizar ao Município que realizassem ações emergenciais diante do que foi apresentado no relatório, especialmente em relação à manutenção e limpeza e da implantação e/ou correção dos processos de trabalho, comprovando assim, dentro de um prazo razoável, que a unidade possui condições de continuar funcionando e assim evitar a interdição cautelar. Questionou então sobre o prazo. William propôs 45 dias. Robson, Presidente da Fundação, propôs 60 dias alegando que as festividades de fim de ano podiam dificultar a compra de materiais ou a contratação de serviços. Isabel então propôs um prazo inicial de trinta dias, passíveis de prorrogação por mais trinta dias diante da comprovação da proatividade do município, proposta que se entendeu razoável e foi aceita de comum acordo por todos os presentes. **Acordou-se:** que o Município manterá paralisada a obra de reforma e se absterá de iniciar novas obras sem autorização da Vigilância Sanitária Estadual; prazo de trinta dias corridos para que o Município comprove que a unidade possui condições para continuidade da prestação de uma assistência segura à população. A Décima Nona Regional de Saúde formalizará o acordo através de um Termo de Intimação que será acompanhado do relatório elaborado pela equipe da Coordenadoria, iniciando o prazo a contar a partir deste. Transcorrido o prazo inicial, a equipe de Vigilância Sanitária da Décima Nona Regional de Saúde, avaliará as ações realizadas e se constatadas que as mesmas estão sendo satisfatórias e que configuram pró atividade dos gestores em relação ao acordo firmado, outros trinta dias poderão ser concedidos. Durante o período concedido, o município reportará de dez em dez dias corridos, diretamente à Fernanda e Antonio Henrique, as ações emergenciais que estão sendo realizadas e os mesmos as reportarão à equipe da Coordenadoria. Ao término do prazo final a equipe de Vigilância Sanitária da Décima Nona Regional de Saúde realizará então uma inspeção sanitária e a partir do resultado desta se decidirá pela manutenção da unidade ou pela interdição cautelar. Paralelamente, o Município realizará uma revisão no projeto de reforma, a partir de Parecer Técnico emitido pelo Setor de Análise de Projeto de Estabelecimento de Saúde, que será enviado ao Município antes do recesso e, quando o mesmo estiver em condições de ser aprovado, reapresentará as planilhas orçamentárias para análise do Departamento de Engenharia. As discussões sobre a continuidade das obras serão retomadas após a conclusão do relatório da inspeção sanitária e quando o projeto e as planilhas orçamentárias apresentarem condições favoráveis para tal.

*Sandra Leal Nucini*

Sandra Leal Nucini  
Enfermeira COREN/PR 105131  
Vigilância Sanitária  
SESA/PR

Patricia Capelo  
Chefe de Divisão  
Vigilância Sanitária de Serviços  
SESA/PR

*Isabel*  
Isabel Cristina dos S. Gomes  
Arquiteta e Urb. CAU A 57208-0  
CVIS/SAPE

Secretaria da Saúde do Paraná  
Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde - DAV  
Coordenadoria de Vigilância Sanitária - CVIS

Rua Piquiri, 170 - Curitiba-Paraná | CEP: 80230-140 Fone (41) 3330-4593 | vlsa@sesa.pr.gov.br

**PARECER TÉCNICO N° 78/19 – EAS**

**PROTOCOLO N° 14.535.463-3**

**INTERESSADO: HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI**

**MUNICÍPIO: IBAITI**

**REGIONAL DE SAÚDE: 19º RS**

**TIPO DE OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI**

**ÁREA: TOTAL: 1.935,87 m2 (área de reforma/regularização) + 442,90 m2 (área de ampliação)**

**AUTOR DO PROJETO: ANTONIO VICENZI CREA 10.382D/PR**

**BASE LEGAL**

CÓDIGO DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ (LEI N° 13331/2001 – DECRETO N° 5711/2002)

RDC N° 50/2002/ANVISA

RDC N° 67/2007/ANVISA

RDC N° 36/2008/ANVISA

RESOLUÇÃO N° 389/2006/SESA/PR

PORTARIA 332/2000

NBR 9050

NBR 16401

NBR 7256

NR 24

NR 12

Trata-se de análise para revisão do projeto anteriormente aprovado considerando a visita técnica realizada no Hospital pela Coordenadoria em 10/12/2019.

**1. APRECIÇÃO QUANTO A DOCUMENTAÇÃO**

1.1 Apresentar Relatório Técnico conforme RE n° 389/2006 atualizado de acordo com nova proposta arquitetônica. Transcrevemos abaixo os itens obrigatórios:

- a) dados cadastrais do estabelecimento, tais como: razão social, nome fantasia, endereço, CNPJ e número da licença sanitária de funcionamento anterior, caso exista, dentre outras que a vigilância sanitária local considere pertinente;



- b) memorial do projeto de arquitetura descrevendo as soluções adotadas no mesmo, onde se incluem, necessariamente, considerações sobre os fluxos internos e externos;
- c) resumo da proposta assistencial contendo listagem de atividades ou produtos que serão executadas na edificação do estabelecimento, assim como de atividades de apoio técnico ou logístico que sejam executadas fora da edificação do estabelecimento em análise utilizando como referência a terminologia e listagem da RDC 050/02 – ANVISA ou outras normas e regulamentos específicos vigentes;
- d) quadro de número de leitos, discriminando: leitos de internação, leitos de observação e leitos de tratamento intensivo, conforme Portaria n.º 1101/GM de 12 de junho de 2002, do Ministério da Saúde publicada no DOU de 13 de junho de 2002;
- e) relação de produtos e/ou serviços realizados no estabelecimento; especialidades atendidas, complexidade dos serviços prestados, se haverá atendimento pediátrico; a população flutuante, horários de atendimento, volume de roupa processada/dia, quantidade de refeições preparadas/dia, etc;
- f) relação de serviços e/ou produtos terceirizados esclarecer acesso a recursos assistenciais quando terceirizados (laboratório clínico, banco de leite, UTI, banco de sangue, etc.) com razão social, endereço, CNPJ/CPF e cópia da licença sanitária do prestador do serviço;
- g) especificação básica de materiais de acabamento e equipamentos de infraestrutura (poderá estar indicado nas plantas de arquitetura) e quando solicitado, dos equipamentos não portáteis, como por exemplo: telha de fibrocimento livre de amianto, preferencialmente maçanetas de alavanca, torneiras de acionamento não manual, tubulações embutidas, entre outros.
- h) descrição sucinta da solução adotada para o abastecimento de água potável, energia elétrica (inclusive de emergência, se for o caso), coleta e destinação de esgoto, resíduos sólidos e águas pluviais da edificação;
- i) condições ambientais de conforto, condições ambientais de controle de infecção, instalações prediais ordinárias e especiais
- j) no caso de estabelecimentos com instalações de radiodiagnóstico médico, o projeto de radioproteção, em conformidade com a Portaria 453/Ministério da Saúde de 01 de junho de 1998 ou substituta e de acordo com o Capítulo 5 desta resolução;
- k) declaração assinada pelo responsável técnico do projeto e pelo responsável pelo estabelecimento que o estabelecimento estará cumprindo as exigências legais dos órgãos oficiais que tenham ação sobre as atividades a serem desenvolvidas no mesmo, como, urbanismo municipal, meio ambiente – Instituto Ambiental do



Paraná, prevenção contra incêndios – Corpo de Bombeiros, explosivos – SESP e exército, entre outros.

- l) apresentar justificativas conforme Art. 12 da RDC nº 51/2011/ANVISA, se for o caso; bem como outros esclarecimentos solicitados neste parecer.
- m) o Relatório Técnico deve ter as folhas numeradas seqüencialmente.

1.2 Apresentar ART/RRT dos projetos complementares.

## **2. APRECIÇÃO QUANTO A REPRESENTAÇÃO GRÁFICA**

- 2.1 Na planta de implantação, demonstrar a rota acessível do passeio público (indicar pavimentação e cotas de nível) até a unidade de atendimento, indicando revestimentos de piso, vagas de estacionamento e acessos, observando o preconizado pela NBR 9050 (verificar/indicar inclinações, comprimento máximo, necessidade de guarda-corpo e corrimão em rampas e escadas).
- 2.2 Compatibilizar nomenclatura dos ambientes de acordo com o preconizado pela RDC nº 50/2002/ANVISA;
- 2.3 Apresentar planta de layout de todos os ambientes e cotar distâncias dos leitos coletivos e de isolamento (entre leitos, leito/parede, etc.). Recomenda-se consultar o SOMASUS;
- 2.4 Demonstrar a localização das instalações ordinárias e especiais (FAM, FO, FVC, EE. etc.) e indicar onde não houver;
- 2.5 Apresentar desenho conforme as boas práticas NBR 6492. Apresentar legenda que permita a compreensão dos pilares, vigas, paredes, janelas, etc;
- 2.6 Indicar os materiais de acabamento dos ambientes (piso, parede, rodapés e tetos) através de legenda indicando as soluções adotadas para divisórias de boxes;
- 2.7 Apresentar detalhamento dos banheiros adaptados de acordo com a NBR 9050/2015;
- 2.8 Setorizar as atividades de acordo com a unidade funcional de referência, usando como base o preconizado pela RDC nº 50/2002/ANVISA e apresentar uma planta que as reflita;
- 2.9 Apresentar cortes, elevações e detalhamento em números compatíveis com a complexidade do projeto;
- 2.10 Rever número máximo de leitos por ambiente e verificar e indicar distância mínima de 1,2m entre leitos, 1,0 entre paredes e de 1,2m para área de circulação ao pé do leito em todos os leitos;

## **3 APRECIÇÃO QUANTO A PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FUNCIONAL**

Os itens abaixo são orientativos para a revisão da proposta e podem não ser os únicos. Caberá ao profissional atender todas as exigências como fluxos, ambientes mínimos e de apoio, layout, especificações de materiais, instalações ordinárias e especiais para cada Unidade Funcional.

### **3.1 ATENDIMENTO IMEDIATO – URGÊNCIAS E EMERGÊNCIA**

Não há informações em relatório técnico sobre a relação de produtos e/ou serviços realizados no estabelecimento: especialidades atendidas, complexidade dos serviços prestados, e se haverá atendimento pediátrico. Necessário verificar e adequar os ambientes conforme preconiza a RDC 50/2002.

3.1.1 Consultar ambientes obrigatórios nas tabelas da Unidade Funcional: 2 – Atendimento Imediato (quantificação, dimensão, instalações, etc.). Verificou-se a ausência no projeto de ambientes como:

- a. posto de enfermagem com prescrição médica e sala de serviços
- b. sala de serviço social;
- c. sala de suturas e curativos;
- d. sala de inalação;
- e. sala de utilidades;
- f. área para guarda de maca e cadeira de rodas;
- g. área para guarda de pertence de pacientes;
- h. sala de espera para pacientes e acompanhantes;
- i. depósito de material de limpeza;
- j. rouparia;
- l. sanitário para funcionários;
- m. depósito de equipamentos;
- n. consultório diferenciado com banheiro anexo;

3.1.2 Apresentar layout no consultório de ortopedia conforme RDC 50/2002/ANVISA;

3.1.3 Rever instalações apresentadas na sala de gesso e adequar layout conforme preconiza a RDC 50/2002/ANVISA;

3.1.4 Rever acessos e layout da sala de emergências conforme preconiza a RDC 50/2002/ANVISA;

3.1.5 Rever instalações e apresentar layout da sala de triagem conforme preconiza a RDC 50/2002/ANVISA e esclarecer o sistema de ventilação adotado;

3.1.6 Rever nome do quarto de recuperação que se trata de sala coletiva de observação adulto/pediatria – masculina/feminina. Apresentar layout e instalações conforme preconiza a RDC nº 50/2002/ANVISA. Rever número máximo de leitos por ambiente e verificar e indicar distância mínima de 1,2m entre leitos, 1,0 entre paredes e de 1,2m para área de circulação ao pé do leito em todos os leitos.

### **3.2 INTERNAÇÃO GERAL (LACTENTE, CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO)**



Consultar as tabelas da Unidade Funcional: 3 – Internação e verificar os ambientes mínimos necessários e de apoio.

**3.2.1 Acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade:**

- a. sala de exames e curativos ou dispositivo que garanta a privacidade do leito;
- b. sala de utilidades;
- c. banheiro para acompanhantes na pediatria (quando existir enfermaria)
- d. sanitário para o público e funcionários (masc/fem);
- e. sala de estar para acompanhantes na pediatria;

**3.2.2** Dedicar posto de enfermagem com sala de serviços posicionadas adequadamente em relação as alas conforme preconizado na norma (1 para cada 30 leitos);

**3.2.3** Verificar e indicar distância mínima de 1,2m entre leitos, 1,0 entre paredes e de 1,2m para área de circulação ao pé do leito em todos os leitos (leitos encostados na parede);

**3.2.4** Adequar nomenclatura das enfermarias conforme RDC nº 50/2002/ANVISA (adulto fem/masc, lactente, criança, etc.);

**3.2.5** Esclarecer os ambientes de apoio que serão compartilhados com outras áreas, desde que previstos na RDC 50/2002/ANVISA;

**3.2.6** Apresentar manobra da maca dos quartos na parte superior considerando o corredor com 1,20m de largura.

**3.3 APOIO AO DIAGNÓSTICO E TERAPIA**

**3.3.1 Patologia Clínica**

**3.3.1.1** Apresentar layout dos ambientes conforme preconiza a norma vigente;

**3.3.1.2** Dedicar vestiários para funcionários feminino e masculino.

**3.3.2 Imagenologia**

**3.3.2.1** Apresentar projeto de radioproteção aprovado pelo SVSRI;

**3.3.2.2** Indicar instalações ordinárias e especiais;

**3.3.2.3** Esclarecer a renovação do ar dos ambientes enclausurados;

**3.3.2.4** Nas salas de exames: indicar os deslocamentos máximos permitidos pelo equipamento, observadas as distâncias mínimas entre as bordas ou extremidades dos equipamentos (indicar os deslocamentos da mesa, tubos, etc.) e as paredes das salas.

**3.3.3 Centro Cirúrgico**

Trata-se de uma unidade funcional de acesso restrito que demanda de setorização e fluxos adequados. Verificar CME anexa a esta unidade.

**3.3.3.1 Consultar tabelas da Unidade Funcional: 4 – Apoio ao Diagnóstico e Terapia (Centro Cirúrgico) e acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade. Lembrar que Unidades de acesso restrito têm seus ambientes de apoio no interior das próprias unidades;**

- a. posto de enfermagem, serviços e área de prescrição médica com dimensionamento compatível;
- b. sala administrativa;
- c. depósito de materiais e equipamentos;
- d. área para guarda de maca e cadeira de rodas;
- e. sala de espera para pacientes e acompanhantes;
- f. área de cuidados e higienização do RN;

**3.3.3.2 Apresentar layout com cotas nas salas cirúrgicas e na área de recuperação pós anestésica (verificar distâncias e proporção m<sup>2</sup>/leito);**

**3.3.3.3 Rever dimensionando da área de escovação conforme preconiza a norma vigente;**

**3.3.3.4 Indicar instalações ordinárias e especiais;**

**3.3.3.5 Esclarecer a ventilação do sanitário feminino;**

**3.3.3.6 Indicar as instalações de ar condicionado de acordo com a NBR 7256.**

#### **3.3.4 Centro Obstétrico (partos cirúrgicos e normais):**

O ambiente sala de parto normal (PPP) deve estar posicionado dentro do Centro Obstétrico pois trata-se de uma unidade funcional de acesso restrito que demanda de setorização e fluxos específicos. Os quartos ou enfermarias para internamento do neonato e da puerpera fazem parte desta Unidade Funcional. Prever área dedicada para esta atividade conforme preconiza a RDC nº 36/2008/ANVISA.

**3.3.4.1 Acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade.**

- a. sala de acolhimento da parturiente e seu acompanhante;
- b. sala de exames e admissão de parturientes;
- c. quartos PPP com banheiro anexo (prever a instalação de barra fixa e/ou escada de Ling);
- f. área para deambulação (interna ou externa coberta);
- g. posto de enfermagem com sala de serviço e área para prescrição médica;
- h. área para anti-sepsia cirúrgica das mãos e antebraços;
- i. sala de utilidades;
- l. banheiros com vestiários para funcionários e acompanhantes;
- m. sala administrativa;



- n. rouparia;
- o. depósito de equipamentos e materiais;
- p. depósito de material de limpeza;
- q. sala de estar para acompanhantes, visitantes e familiares (pode ser compartilhada com a do Centro Cirúrgico);
- r. sanitário para acompanhantes anexo a sala de estar;
- s. área de guarda de pertences;
- t. área para guarda de maca e cadeiras de rodas;
- u. quartos/enfermaria para alojamento conjunto com banheiro anexo e área de cuidados do RN;

### **3.4 APOIO TÉCNICO**

#### **3.4.1 Nutrição e Dietética**

3.4.1.1 Consultar tabelas da Unidade Funcional: 5 – Apoio Técnico – Nutrição e Dietética e acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade:

- a. área para preparo de alimentos: verdura, legumes e cereais, carnes e massa e sobremesa;
- b. área para cocção de dietas normais;
- c. área para cocção de desjejum e lanches;
- d. área para cocção de dietas especiais;
- e. área para distribuição de dietas normais e especiais;
- f. área para recepção, lavagem e guarda de carrinhos;
- g. área para distribuição das dietas;
- h. sala administrativa/nutricionista;
- i. DML de uso exclusivo;
- j. sanitário para funcionários com vestiário separados por sexos;

3.4.1.2 Garantir uma copa de apoio em cada unidade funcional requerente;

3.4.1.3 Indicar instalações ordinárias e especiais;

3.4.1.4 Prever cobertura para área de carga e descarga para nutrição e dietética;

3.4.1.5 Esclarecer a ventilação da despensa;

3.4.1.6 Verificar área para dispensação de dieta;

#### **3.4.2 Lactário**

3.4.2.1 Consultar tabelas da Unidade Funcional: 5 – Apoio Técnico – Lactário e acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade conforme RDC50/2002.

### **3.4.3 Farmácia**

3.4.3.1 Consultar e adequar os ambientes a RDC nº 50/2002/ANVISA e RDC nº 67/2007/ANVISA;

- a. prever área coberta para recepção e distribuição do CAF;
- b. sala para preparo e diluição de germicidas;
- c. sala de limpeza e higienização de insumos (aspepsia de embalagens);
- d. DML de uso exclusivo;

3.5.3.2 Identificar as áreas reservadas por tipologia no CAF conforme RDC nº 50/2002/ANVISA;

3.5.3.3 Verificar esquadrias nas áreas técnicas que demandam de AC.

### **3.5.4 Central de Materiais Esterilizados – CME**

3.5.4.1 Rever posição da CME, não permitido dentro do Centro Cirúrgico;

3.5.4.2 Consultar e adequar os ambientes a RDC nº 50/2002/ANVISA e a RDC 15/2012/ANVISA e acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade:

- a. sala com área para recepção, descontaminação e separação de materiais e área para lavagem de materiais, área para recepção de material consignado (área suja);
- b. sala composta de áreas para recepção de roupa limpa, preparo de materiais e roupa limpa, esterilização física;
- c. sala de desinfecção química (setor limpo);
- d. sala de armazenamento e distribuição de materiais e roupas esterilizado com área para armazenamento e distribuição de materiais esterilizados descartáveis;
- e. sanitários com vestiários de barreira para funcionários nas áreas de recepção de roupa limpa, preparo de materiais; esterilização e sala/área de armazenamento e distribuição – área limpa e sanitário para funcionários na área "suja" – recepção, descontaminação, separação e lavagem de materiais. Os sanitários com vestiários poderão ser comuns às áreas suja e limpa, desde que necessariamente estes constituem em uma barreira limpa e o acesso à área suja não seja feito através de nenhum ambiente de área limpa, sempre separados por sexo;
- g. DML;
- h. sala administrativa;
- i. área para manutenção dos equipamentos de esterilização;
- j. área de monitoramento do processo de esterilização (setor limpo);

3.5.4.3 Verificar áreas mínimas dos ambientes conforme preconiza a norma vigente;

3.5.4.4 Verificar a necessidade de AC de acordo com a NBR 7256.

### **3.6 APOIO ADMINISTRATIVO**



### **3.6.1 Serviços Administrativos/ Serviços Clínicos de Enfermagem e Técnico:**

3.6.1.1 Consultar e adequar os ambientes a RDC nº 50/2002/ANVISA e acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade:

- a. posto policial (considerando que projeto prevê o atendimento a emergência)

### **3.7 APOIO LOGÍSTICO**

#### **3.7.1 Processamento de Roupas**

3.7.1.1 Apresentar em relatório técnico o volume de roupa processada/dia, garantindo salas com áreas de acordo com o preconizado pela RDC nº 50/202/ANVISA;

3.7.1.2 Prever que cada unidade funcional que tenha pacientes possua área dedicada para rouparia que poderá ser substituída por armários exclusivos ou carros roupeiros;

3.7.1.3 Verificar sistema de ventilação dos ambientes (para áreas internas?)

3.7.1.4 Consultar e adequar os ambientes a RDC nº 50/2002/ANVISA e acrescentar os ambientes mínimos obrigatórios e de apoio desta unidade:

- a. sala para recebimento, pesagem, classificação e lavagem (área suja);
- b. sala de processamento composto de "área limpa": área para centrifugação, secagem, costura, passagem, separação e dobragem, armazenamento e distribuição;
- c. sanitários para funcionários (setor limpo);
- d. banheiros com vestiários para funcionários separado por sexo e de barreira para o setor sujo;
- e. DML exclusivo para sala de recebimento;
- f. DML.

#### **3.7.2 Central de Administração de Materiais e Equipamentos**

3.7.2.1 Na Central de Administração de Materiais e Equipamentos, acrescentar as áreas de acordo com a tabela da Unidade Funcional: 8 – Central de administração de materiais e equipamentos;

3.7.2.2 Garantir no mínimo um depósito de equipamentos/materiais por unidade funcional requerente;

#### **3.7.3 Manutenção**

3.7.3.1 Dedicar área para manutenção com ambientes para recepção e inspeção, guarda e distribuição de equipamentos, mobiliário e utensílios, bem como oficinas que poderão estar dentro ou fora do EAS (se terceirizadas, esclarecer em relatório técnico);

### **3.7.4 Conforto e Higiene**

3.7.4.1 Garantir áreas e salas de recepção e espera de pacientes e acompanhantes e estar para pacientes internos, acompanhantes e visitantes na proporção de 1,2m²/pessoas e 1,3m²/pessoas respectivamente (indicar população fixa e flutuante no relatório técnico) por unidade requerente;

3.7.4.2 Garantir sanitários, banheiros, vestiários e áreas para guarda de pertences para os pacientes/público, em número compatível e de acordo com as atividades da unidade (indicar o número de funcionários por turno no relatório técnico considerando todas as unidades em pleno funcionamento) por unidade requerente;

### **3.7.5 Limpeza e Zeladoria**

3.7.5.1 Garantir um DML por unidade requerente;

3.7.5.2 Garantir uma sala de utilidades por unidade requerente;

3.7.5.3 Apresentar detalhamento do abrigo externo de resíduos conforme preconiza a RDC nº 222/18/ANVISA;

### **3.7.6 Segurança e Vigilância**

3.7.6.1 Dedicar área para identificação de pessoas e/ou veículos nos acessos ou tecnologia utilizada;

### **3.7.7 Infraestrutura Predial**

3.7.7.1 Apresentar vagas de estacionamento de acordo com o Código de Obras local e NBR 9050 (informar no relatório técnico);

3.7.7.2 Verificar recuos laterais nas ampliações dos sanitários na área de internação.

## **4. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

4.1 Indicar corrimão/bate-macas nos corredores e apresentar detalhamento da solução adotada;

4.2 Garantir 5% do total de leitos adaptados de acordo com a NBR 9050 e outros 10% com dimensões que permitam sua adaptação, do total, 30% dos banheiros devem estar adaptados. Garantir no mínimo um sanitário adaptado por andar;

4.3 Esclarecer a ventilação e a iluminação dos ambientes enclausurados e verificar aqueles com ventilação indireta ou que demandam de AC e possuem janelas;



- 4.4 Indicar nos cortes o tipo e altura indicada para o forro, em função da obrigatoriedade de AC para determinados ambientes;
- 4.5 Indicar instalações de IS (sinalização de enfermagem);

O projeto básico de arquitetura **NÃO** atende a legislação vigente.

Curitiba, 20 de dezembro de 2019.

Analisado por:

Michelle Poitevin  
Arquiteta e Urbanista - CAU A27322-8  
CVIS/SAPES

Sob supervisão de:

Isabel C.S. Gomes  
Arquiteta e Urbanista - CAU A57208-0  
CVIS/SAPES



# Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaí

Solicitação 3/2020

Termo de Referência



Página:1

Equipiano

<b>Solicitação</b>		<b>Emitted em</b>	<b>Quantidade de itens</b>
<b>Número</b>	<b>Tipo</b>		
<b>3</b>	<b>Contratação de Serviço</b>	08/01/2020	1
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>	
<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Número</b>	
37480-6	ROBSON DA SILVA REIS	7/2020	
<b>Local</b>		<b>Pagamento</b>	
<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Forma</b>	
1	Saúde Pública	30 DIAS	
<b>Órgão</b>		<b>Prazo</b>	
<b>Nome</b>		<b>60 Dias</b>	
05	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
<b>Entrega</b>			
<b>Local</b>			
HOSPITAL MUNICIPAL			

## Descrição:

SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR.

## Justificativa:

Justifica-se o serviço de desratização por prevenção de uma possível infestação de ratos, visto que o prédio da FHSMI se encontra em reforma, sendo assim aconteceu um grande acúmulo de restos de obras, levando em consequência o aparecimento de roedores ao entorno da obra.

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
036062	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.	SERV	1,00	2.993,00	2.993,00
	Serviço feito em 2 etapas, ataque inicial com barreira química e posterior monitoramento e recolocação de iscas e armadilhas.				
				TOTAL	2.993,00
				TOTAL GERAL	2.993,00

ROBSON DA SILVA REIS  
Solicitante



## TERMO DE REFERENCIA

### 1. - OBJETO

Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,

### 2. - JUSTIFICATIVA

Justifica-se o serviço de desratização por prevenção de uma possível infestação de ratos, visto que o prédio da FHSMI se encontra em reforma, sendo assim aconteceu um grande acumulo de restos de obras, levando em consequência o aparecimento de roedores ao entorno da obra.

### 3. - QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES / VALORES REFERENCIAIS

#### 3.1. - No quantitativo e especificações abaixo descritos.

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	36062	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO. Serviço feito em 2 etapas, ataque inicial com barreira química e posterior monitoramento e recolocação de iscas e armadilhas.	1,00	SERV	2.993,00	2.993,00
TOTAL						2.993,00

#### 3.2. - Empresas que participaram dos orçamentos:

EMPRESA	CNPJ
TECNOINSETO SERVICO DE DEDETIZACAO E LIMPEZA LTDA	09.081.317/0001-74
VALTER JOSE DUARTE IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	18.850.814/0001-80
L. R. A. WATFE & CIA. LTDA	17.390.286/0001-61

### 4. - LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇO

Local de Entrega: Determinado pelo solicitante,

Prazo de Entrega: 60 Dias

Vigência Contratual Prevista: Até 90 Dias

### 5. - ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

A entrega/execução do objeto deverá ser feita após a solicitação, e efetuado em até **60 Dias**, observado o disposto no parágrafo único do artigo 110 da Lei nº 8.666/93; após o recebimento da Ordem de Entrega/Serviço expedida pelo Departamento responsável.

A entrega deverá ser de acordo estritamente com as especificações descritas no Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade a reposição do objeto que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações.

---

## **6. - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

---

O acompanhamento da entrega/execução do objeto será realizado pela Comissão de Recebimento do Fundo Municipal de Saúde de Ibaíti, nomeada através da Portaria nº 052, de 12 de janeiro de 2017, bem como pelo responsável do setor solicitante.

---

## **7. - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

---

Após solicitação formal da **CONTRATANTE**, através de emissão de requisição de compras/serviço da Prefeitura Municipal, o recebimento se efetivará nos seguintes termos:

- a. Provisoriamente para efeito de posterior verificação do objeto;
- b. Definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação pelo setor competente;

---

## **8. – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

**8.1 - A CONTRATADA obriga-se a:** responsabilizar-se em relação aos profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste ajuste, tais como salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio-refeição, auxílio-transporte, uniforme completo e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo. Não haverá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

**8.2 -** Instruir os seus profissionais, quanto à prevenção de acidentes, assumindo, também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços contratados ou em conexão com eles, independentemente do local do evento.

**8.3 -** Providenciar a imediata troca de qualquer material ou equipamento julgado inadequado ou que não atenda às necessidades da Administração Pública durante a realização do serviço.

**8.4 -** Substituir definitivamente, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou a interesse do serviço público, decorrente da execução dos serviços contratados.

**8.5 -** Responsabilizar-se por todo o tipo de transporte de material, ferramentas, funcionários e equipamentos para o local do serviço.



**8.6** - Manter limpo o local em que foram realizados os serviços de instalação de quaisquer dos itens contratados, efetuando, tanto a limpeza grossa quanto a fina.

**8.7** - Responsabilizar-se pela equipe de funcionários, bem como pelo material necessário para a realização dos serviços.

**8.8** - Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e observar as datas, horários e local de realização de cada serviço constante na Ordem de Serviço emitida pelo Departamento Solicitante - Diretor de Departamento e Lazer.

---

## **9. – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

---

**9.1 - A CONTRATANTE obriga-se a:** encaminhar a Ordem de Serviço com informações necessárias à realização do evento.

**9.2** - Prestar as informações e esclarecimentos, que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.

**9.3** - Ceder à CONTRATADA, se necessário, o espaço físico em suas dependências, onde serão instalados os equipamentos e lotados os funcionários para a prestação dos serviços.

**9.4** - Providenciar a autorização para o uso de locais que não sejam de responsabilidade da CONTRATADA.

**9.5** - Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta licitação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.

**9.6** - Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

**9.7** - Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

**9.8** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço, prazo e demais condições previstas neste instrumento.

---

## **10. – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, da Lei nº. 10.520, de 2002, do Decreto nº. 3.555, de 2000, e do Decreto nº. 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

- a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;

e) Descumprir qualquer dos deveres elencados neste Termo de Referência.

---

#### 11. - DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

---

Venho firmar que os orçamentos enviados juntamente a este Termo de Referência, foram por mim verificados e são verdadeiros.


---

#### 12. - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

---

Conforme quantitativo e especificações constantes deste Termo de Referência em anexo e do arquivo de proposta gerado para abertura e preenchimento no programa Esproposta, fornecido pelo Departamento de Licitações e Contratos do Município de Ibaiti/PR;

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020

  
\_\_\_\_\_  
**Robson da Silva Reis**  
Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti  
Portaria nº 1577, de 10 de abril de 2019

Aprovo o presente Termo de Referência:

  
**ANTONLY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

08/01/2020

Locamail :: Re: Pedido de orçamento para serviço de desratização



Assunto: **Re: Pedido de orçamento para serviço de desratização**

De: Contato Tecnoinseto <contato@tecnoinseto.com.br>

Para: saude <saude@ibaiti.pr.gov.br>

Data: 07/01/2020 10:34



- ORÇAMENTO HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI.pdf (~217 KB)
- APRESENTAÇÃO TECNOINSETO.pdf (~338 KB)

Boa tarde,

Segue em anexo orçamento conforme solicitado.

Fico no aguardo de um retorno para agendamento, realização do serviço e do certificado.

Caso tenha qualquer dúvida, me coloco a inteira disposição!

Obrigada!

\*\*\*FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO\*\*\*

Atenciosamente,

Izabella Marcolino Vila Real

Auxiliar Administrativa

[tecnoinseto@hotmail.com](mailto:tecnoinseto@hotmail.com)

Fone: (43) 3325-5009

(43) 99866-6757 (whats)



----- Ativado Ter, 07 jan 2020 10:01:39 -0300 <saude@ibaiti.pr.gov.br> escreveu -----

Solicito a elaboração de proposta para o Serviço de Desratização de toda área interna e externa do Hospital Municipal de Ibaiti

2.378,77m².

O serviço deverá ser realizado com barreira química, monitoramento e colocação de iscas e armadilhas.

Deverão ser empreguinados boeiros ao redor do prédio do Hospital, Telhado, Forro e Tocas com atomizador, barreira química e colocação de no mínimo 40 porta iscas no chão, numerados e catalogados junto a planta do estrutural do hospital.

Deverão ser realizadas visitas semanais para avaliação e se necessário a recolocação das iscas e realocação dos porta iscas.

O monitoramento deverá ser realizada semanalmente com agendamento prévio durante 60 dias.

26



08/01/2020

Locamail :: Re: Pedido de orçamento para serviço de desratização



Att

Robson da Silva Reis

Presidente da F.H.S.M.I.

27



## HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI

### ORÇAMENTO

DESCRIÇÃO	VALOR
<p>Control de roedores em área total de 2.378,77m<sup>2</sup> (Isca e visitas técnicas mensais, mapeamentos e análise)</p>	<p>R\$ 1.875,00 Mensais</p>

Forma de Pagamento: BOLETO BANCÁRIO e/ ou à combinar.

Sabendo de nossa qualidade e de como podemos contribuir, colocamo-nos ao inteiro dispor para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Londrina-PR, 07 de JANEIRO de 2020.

  
 Dreico Esli – Diretor Geral  
 Vanessa Lopes – Gerente Administrativa  
 Fones: (43)3325-5009 / 99151-8001 / 99151-8045

09.001.337/0001-74

25

08/01/2020

Locamail :: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI



Assunto: **SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI**

De: Act Bio <actbiodedetizadora@gmail.com>

Para: <saude@ibaiti.pr.gov.br>

Data: 08/01/2020 11:18



- HOSPITAL MUNICIPAL DE IBAITI .pdf (~234 KB)

SERVIÇO SERA FEITO BARREIRA QUÍMICA ; MONITORAMENTO E COLOCAÇÃO DE ISCAS E ARMADILHAS FAREMOS OS BOEIROS COM PÓ QUÍMICO AO REDOR DO HOSPITAL TELHADO , FORRO COLOCAÇÃO MINIMA DE 40 PORTA ISCA NO CHÃO CATALOGADAS JUNTO A PLANTA ESTRUTURAL DO PRÉDIO VISITAS SEMANAIS PARA AVALIAÇÃO SE NECESSÁRIO MONITORAMENTO DEVERA SER REALIZADO SEMANALMENTE COM AGENDAMENTO PRÉVIO DURANTE 60 DIAS

Att JOELMA

**Act-Bio | Valter Jose Duarte Imunização e Controle de Pragas Urbanas.**

CNPJ:18.850.814/0001-80 | I.E.:90641997-11

.. Irmãs Klosiensi, 135, Vila Velha, Wenceslau Braz PR, 84950-000

(43) 99967-6375(Whatsapp) | (43) 3528-3533



24





**PROPOSTA COMERCIAL**

A/C Setor de Compras

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa Proposta de Preços para a realização dos serviços de DESRATIZAÇÃO ; VISITAS SERAO FEITAS SEMANALMENTE .DURANTE 60 DIAS NOVE SEMANAS COLOCAREMOS 40 PORTA ISCA CONSIGNADO ASSIM QUE CONCLUIRMOS NOSSO SERVICO RETIRAMOS OS PORTA ISCA DO LOCAL AS BARREIRAS QUIMICAS SERA FEITAS CONFORME A NECESSIDADE

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Unid.	Quant.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de material e mão de obra especializada para serviços de; <b>DESRATIZAÇÃO</b> para roedores; com especificações mínimas de; aplicação de raticida anticoagulante de 2ª geração, nas formulações de pellet e blocos parafinados; com reposição de iscas; sem mau cheiro e sem riscos a saúde dos usuários do ambiente	M²	2.378.77	0,14	2.997 ,00

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA**Total R\$ 2.997,00

**TABELAS DE ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS QUE PODERÃO SER UTILIZADOS:**

Descrição do produto	Nome comum	Composição
Raticida anticoagulante de dose única, na forma de isca pelletizada, indicado para o controle de ratos e Ratazanas.	Brodifacoum	Brodifacoum 0,005%
Inseticida organofosforado inibe a colinesterase nas terminações nervosas, comprometendo a transmissão dos impulsos nervosos nos insetos, levando-os à paralisia e morte	Diclorvós	Diclorvós 78% (p/p)
Inseticida com formulação em pó indicado para o controle de baratas, pulgas e formigas.	Deltametrina	Deltametrina: 0,2%
Gel-Inseticida indicado para o controle de Formigas (Tapinoma melanocephalum) e baratas ninfas e adultas (Blattella Germanica)	Fipronil	Fipronil 0,05%
Gel inseticida indicado para o combate de baratas (Blattella germanica)	Imidacloprid, Benzoato de Denatonium	Imidacloprid 2,15% Benzoato de Denatonium 0,001%
Inseticida indicado para o controle de cupins, tanto em pré-construção quanto em pós-construção de edificações comerciais, industriais ou residenciais.	Fenil pirazol	Fipronil 2.5%(m/v)
Água Sanitária Concentrada; Água de Lavadeira. O hipoclorito de sódio é utilizado na desinfecção de água e de superfícies	Hipoclorito de sódio	Solução aquosa alcalina contendo cerca de 12,5% de Hipoclorito de Sódio ou 12% de cloro ativo, de coloração amarela e odor característico.
Pó de contato hidrorrepelente, eficaz contra as ratazanas.	Cumateatrilil	Cumateatrilil 0,75% (p/p)
Gel repelente indicado para controle de pombos e morcegos	Polibuteno	Polimero de Isobuteno/buteno 82% (p/p)
Inseticida com alto poder residual, indicado no combate de baratas, mosquitos, pulgas e formigas.	Alfa-cipermetrina	Alfa-cipermetrina 5% (p/p) Inertes 95% (p/p)
Inseticida eficaz contra escorpião, barata, mosquito e suas larvas (incluindo Aedes aegypti), carrapato, mosca, percevejo e pulga.	Bifentrina, Piriproxifen e Acetamiprido	Bifentrina 10,0%(p/v) Piriproxifen 10,0% (p/v) Acetamiprido 10,0% (p/v) Inertes 70,0% (p/v)

**LISTA DE EQUIPAMENTOS QUE PODERÃO SER UTILIZADOS:**

Pulverizador Costal Agrícola	12 Litros
Pulverizador Costal Agrícola	20 Litros
Pulverizador de Alta pressão	5 Litros
Compressor de Ar Monofásico de	24 Litros



Aplicador para silicone tubular	
---------------------------------	--

Os preços apresentados na proposta incluem todos os custos de despesas, tais como: custos direto e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do serviço;  
Os produtos utilizados para execução dos serviços, atendem as exigências da ANVISA e são registrados no Ministério da Saúde;  
Fornecemos laudo de execução dos serviços contendo todas as informações necessárias dos produtos, responsável técnico e licenças;  
Importante salientar que será realizado 02 (dois) choques semestrais e vistorias mensais em todos o local;  
A proposta de preços terá validade de no mínimo 60 dias corridos contados da data de sua apresentação.

Wenceslau Braz, 08 DE JANEIRO DE 2020

---

Valter Jose Duarte Imunização e Controle de Pragas Urbanas – ME  
CNPJ: 18.850.814/0001-80  
(43) 3528-3533 (43) 9967-6375 Whats  
actbiodedetizadora@gmail.com

L. R. A. WATFE & CIA LTDA.  
AV. DRA. FERNANDINA AMARAL GENTILE, 443 SALA 1.  
IBAITI - PARANÁ CEP: 84900-000  
FONE: 43 35461003 \ 08008870537



## ORÇAMENTO

À FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE IBAITI

A L. R. A. WATFE & CIA LTDA É UMA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA EM DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

COMPREENSÃO DOS SERVIÇOS:

DESRATIZAÇÃO DE TODA PARTE INTERNA E EXTERNA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE IBAITI.

VALIDADE DA PROPOSTA É DE 30 (TRINTA DIAS)

FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA

VALOR: R\$ 2.993,00 (DOIS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E TRES REAIS).

SERVIÇO FEITO EM 2 ETAPAS, ATAQUE INICIAL E BARREIRA QUÍMICA, E POSTERIOR MONITORAMENTO E RECOLOCAÇÃO DE ISCAS E ARMADILHAS.

ATAQUE INICIAL:

EMPREGUINHAÇÃO DE BOEIROS, TELHADO, FORRO E TOCAS COM ATOMIZADOR, BARREIRA QUÍMICA E COLOCAÇÃO DE 40 PORTA ISCAS FIXOS AO CHÃO, NUMERADOS E CATALOGADOS JUNTO A PLANTA DE TODA ESTRUTURA DO HOSPITAL.

MONITORAMENTO:

SERÃO FEITAS VISITAS SEMANAIS PARA AVALIAÇÃO E RECOLOCAÇÃO DAS ISCAS, ASSIM COM REALOCAÇÃO DOS PORTA ISCAS SE NECESSÁRIO.

ESTE MONITORAMENTO SERÁ FEITO COM AGENDAMENTO PRÉVIO E UMA VEZ POR SEMANA, DURANTE 60 DIAS.

Ibaiti, 07 de janeiro de 2020.

  
LUIS RENATO WATFE

43 984033464

CIDADELUZ.CONTATO@HOTMAIL.COM

L.R.A. WATFE & CIA. LTDA. - ME  
CNPJ 17.390.286/0001-61  
IBAITI - PARANÁ



**DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS**

Objeto: Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,

**Declaro** que todas as informações e demais documentos, notadamente, os orçamentos que acompanham o pedido de abertura de processo licitatório de compras são verdadeiros, conforme rubrica/assinatura em cada um deles, responsabilizando-me civil e criminalmente;

**Declaro** ainda que os preços pesquisados são os praticados no mercado fornecedor dos produtos e/ou dos serviços pleiteados, de modo que o orçamento estimativo reflete, de fato, os preços praticados no mercado nas datas constantes nos orçamentos.


Estou ciente de que:

"Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou da autoridade superior realizar pesquisas de preços no mercado e em outros entes públicos, sendo essa atribuição, tendo em vista a complexidade dos diversos objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes envolvidas na aquisição do objeto" (Acórdão nº 3516/2007, Primeira Câmara, Relator Min. Aroldo Cedraz, Processo nº 005.991/2000-7).

Para calcular o custo do objeto proposto, o interessado deverá realizar prévias pesquisas de preços no mercado fornecedor dos produtos ou dos serviços pleiteados. Também poderá se valer de informações contidas em bancos de dados informatizados, pesquisas na internet, publicações especializadas e outras fontes." (Manual de Convênios do Tribunal de Contas da União).

E para que surta os efeitos legais, firmo o presente.

Ibaiti (PR), 13 de janeiro de 2020.



\_\_\_\_\_  
**Robson da Silva Reis**

Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti  
Portaria nº 1577, de 10 de abril de 2019


**Gabinete do Prefeito**

Em atenção às informações;

Determino:

- ✓ Acolho a presente solicitação apresentada pela **Secretaria Municipal de Saúde;**
- ✓ Encaminha-se para o Departamento de Licitações, para manifestação acerca da aquisição/contratação ora solicitado;
- ✓ Após, solicitar da Secretaria Municipal de Saúde e do Departamento de Contabilidade expedindo certidão de existência de dotação e saldo orçamentário para fazer face as despesas nos ternos dos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, elaborando, quando for o caso, o impacto orçamentário financeiro;
- ✓ Após, à Procuradoria Jurídica para viabilidade do pedido e enquadramento na legislação em vigor;
- ✓ Volte-se para decisão.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020



Antonely de Cassio Alves de Carvalho  
Prefeito Municipal

## Departamento de Licitações e Contratos

Pelo presente expediente, em cumprimento ao despacho do Sr. Prefeito, informamos a inexistência de processo licitatório vigente que disciplina a **Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar**,. Informamos ainda que de acordo com o referido objeto, e, diante da necessidade ora solicitada, acreditamos que sua aquisição possa ser efetuada através de Processo de Dispensa de Licitação; justificando e comprovando sua necessidade, amparado pelo inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, nestes termos:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*


*[...]*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Sendo assim, o art. 24 da Lei nº 8.666/93 regulamenta as dispensas de licitações em compras públicas, porém, primeiramente se faz necessário a emissão de Parecer Jurídico Prévio em face aos processos de dispensa e/ou inexigibilidade.

Sem mais para o momento, aguardamos manifestação.

Ibaíti, 13 de janeiro de 2020



**Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues**  
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos  
Portaria nº 1655, de 11/06/2019

Exmo.ª Sr.  
**Antonely de Cassio Alves de Carvalho**  
Prefeito Municipal



## Declaração de Adequação Orçamentária

Processo Administrativo nº: 8/2020


Objeto: Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,


Eu, ROBSON DA SILVA REIS, Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao contido no art. 167, inc. I e II, da Constituição Federal, no art. 37, inc. IV, da Lei complementar n. 101/2000, e no art. 7º, caput, § 2º, inc. III e § 9º, no art. 14, no art. 38 e no art. 55, inc. V, todos da Lei nº 8.666/1993, que exigem que nos procedimentos licitatórios referentes a obras, serviços e compras, assim como os procedimentos de contratação direta por meio de dispensa e de inexigibilidade de licitação, somente poderão ser iniciados quando houve previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes, **DECLARO** existir disponibilidade orçamentária para atender ao presente objeto, cujo gasto estima-se no valor de **R\$ 2.993,00 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais)** a ser empenhado, conforme quadro abaixo:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	650	05.001.10.302.0017.2010	496	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	920	05.001.10.302.0017.2013	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

A referida despesa está adequada à Lei Federal nº 8.666/1993 e ao Orçamento-Programa do Exercício de 2019, está incluída no Plano Plurianual 2018/2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do corrente ano.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020

  
**Robson da Silva Reis**  
Presidente da Fundação Hospitalar de  
Saúde Municipal de Ibaiti  
Portaria nº 1577, de 10 de abril de 2019

  
**Maurílio Miguel Carneiro**  
Contador  
CRC/PR Nº 033319/0-9  
Portaria nº 490, de 01/03/2000

CHECK-LIST – DISPENSA DE LICITAÇÃO					
Órgão/Entidade: Secretaria Municipal De Saúde					
Processo nº: 8/2020					
Dispensa nº: 3/2020					
Legenda: S - Sim / N - Não / NA – Não Aplicável					
Nº	DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	S	N	NA
1.	<b>Memorando formalizado por responsável competente justificando a necessidade da aquisição do objeto.</b>	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
1.1.	Há Descrição clara do objeto inclusive das unidades e quantidades a serem adquiridas?	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
1.2.	Consta Pesquisa de Preços com fornecedores diversos (no mínimo 3 fornecedores)?	Lei nº 8.666/93, art. 43, IV	X		
1.3.	Consta Termo de Referência com indicação do objeto de forma precisa, estratégia de fornecimento, prazo e local de entrega.	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
1.4.	Indicação do recurso próprio para a despesa por meio de Declaração de Adequação Orçamentária	Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, III, art. 14, caput e art. 38, caput	X		
2.	<b>Processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado.</b>	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
2.1.	Parecer Jurídico emitido sobre a dispensa de Licitação	art. 38, VI da Lei nº 8.666/93	X		
2.2.	Autorização, emitida pela autoridade competente (ordenador de despesas) para realização do serviço ou para aquisição.	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
3.	<b>Fundamentação e a comprovação da hipótese da dispensa da licitação</b>	Lei nº 8.666/93, art. 24	X		
3.1.	Documentação relativa à habilitação jurídica (Contrato social ou Certificado de microempreendedor individual e Cartão de CNPJ)	Lei nº 8.666/93, art. 28, caput	X		
3.2.	Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista (Certidão de Tributos Federais, Estaduais, Municipais, FGTS, Trabalhista, etc)	Lei nº 8.666/93, art. 29, caput	X		
3.3.	Documentação relativa à qualificação técnica (Atestado de Capacidade Técnica), quando for o caso.	Lei nº 8.666/93, art. 30	X		
4.	Termo de Ratificação do Ato de Dispensa.	Lei nº 8.666/93, art. 26	X		
5.	Extrato do Ato de Dispensa devidamente publicado na imprensa oficial e informação ao TCE-Pr	Lei nº 8.666/93, art. 26			
6.	Nota de empenho devidamente assinada e termo de contrato (se for o caso).	Lei nº 8.666/93, art. 38, X			
7.	Entrega/prestação do objeto mediante atesto da nota fiscal pelos solicitantes.				
8.	Emissão da Ordem de pagamento e verificação da regularidade fiscal				



## DECRETO Nº 1924, DE 6 DE MAIO DE 2019

Cria e regulamenta o parecer jurídico referencial elaborado pela Procuradoria-Geral – PROGE, no âmbito do Município de Ibaíti.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 66, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990

**CONSIDERANDO**, a intenção do administrador de dar celeridade aos processos administrativos evitando-se a formalização de consultas jurídicas idênticas à Procuradoria-Geral do Município - PROGE, sobretudo em casos considerados rotineiros e que possam ser respondidas com base em manifestação única e genérica.

**CONSIDERANDO**, por fim, que a presente disposição normativa, encontra fundamento no art. 37, caput, da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública deve obedecer, dentre outros, ao princípio da eficiência.

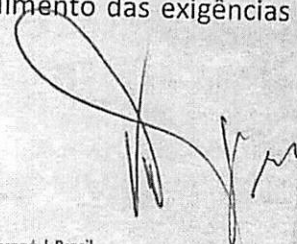
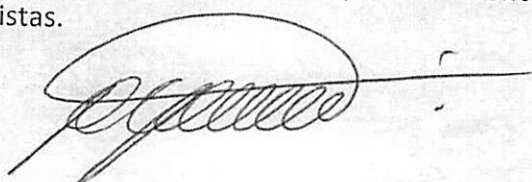
### DECRETA

**Art. 1º** As minutas de editais de licitação e de chamamento público, bem como as dos instrumentos de contratos, acordos, convênios, parcerias, termos de aditamento, ajustes e outros instrumentos congêneres devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Município - PROGE, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93 e do art. 35, inciso VI, da Lei n. 13.019/2014.

**Parágrafo único.** Antes do envio do processo para exame da Procuradoria-Geral do Município - PROGE, o Órgão Consulente deverá elaborar lista de verificação do cumprimento das exigências legais aplicáveis ao caso concreto (check-list), a ser juntada aos autos do processo administrativo.

**Art. 2º** É dispensado o envio do processo à Procuradoria-Geral do Município – PROGE, se houver parecer jurídico referencial exarado por esse órgão, inclusive com aprovação de minuta-padrão, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, que não seja sanada pelo parecer referencial.

**§ 1º** O parecer jurídico referencial deverá instruir o processo administrativo em questão, cabendo ao titular da pasta atestar, no caso concreto, o atendimento das exigências legais nele previstas.





(Pág. 2 – Decreto nº 1924, 6.5.2019)

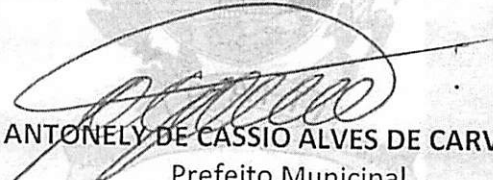
§ 2º A elaboração do parecer jurídico referencial é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município - PROGE, mediante solicitação dos Órgãos da Administração Direta ou dos Entes da Administração Indireta do Município (Autarquias e Fundações), devendo ser firmados pelo Procurador do Município que esteja respondendo pelo Departamento de Licitações, Convênios e Contratos Administrativos da consulta e ratificados pelo Procurador Geral do Município.

Art. 3º Nos procedimentos vinculados à Lei nº 13.019/2014, que regulamenta as parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, quanto à emissão do parecer jurídico, aplica-se o disposto nos incisos I e II, e parágrafos 1º e 2º, do art. 30, do Decreto Municipal nº 1.721, de 1º.9.2017.

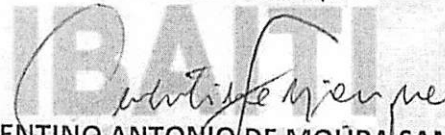
Art. 4º A Procuradoria-Geral do Município – PROGE, deverá manter controle específico sobre os pareceres referenciais por ela exarados, utilizando-se de sistema ou metodologia que permita a célere consulta aos registros dos documentos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (6.5.2019).

  
**ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

  
**JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA**

Procurador Geral - OAB/PR nº 37.806

Portaria nº 002, de 2.1.2017

  
**VALDEMIR BRAZ BUENO**

Procurador Municipal – OAB/PR nº 15.222

Portaria nº 675, de 1º.2.2001

## MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 1924, DE 6 DE MAIO DE 2019

Cria e regulamenta o parecer jurídico referencial elaborado pela Procuradoria-Geral – PROGE, no âmbito do Município de Ibaí.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 66, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990

**CONSIDERANDO**, a intenção do administrador de dar celeridade aos processos administrativos evitando-se a formalização de consultas jurídicas idênticas à Procuradoria-Geral do Município - PROGE, sobretudo em casos considerados rotineiros e que possam ser respondidas com base em manifestação única e genérica.

**CONSIDERANDO**, por fim, que a presente disposição normativa, encontra fundamento no art. 37, caput, da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública deve obedecer, dentre outros, ao princípio da eficiência.

### DECRETA

**Art. 1º** As minutas de editais de licitação e de chamamento público, bem como as dos instrumentos de contratos, acordos, convênios, parcerias, termos de aditamento, ajustes e outros instrumentos congêneres devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Município - PROGE, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93 e do art. 35, inciso VI, da Lei n. 13.019/2014.

**Parágrafo único.** Antes do envio do processo para exame da Procuradoria-Geral do Município - PROGE, o Órgão Consulente deverá elaborar lista de verificação do cumprimento das exigências legais aplicáveis ao caso concreto (check-list), a ser juntada aos autos do processo administrativo.

**Art. 2º** É dispensado o envio do processo à Procuradoria-Geral do Município – PROGE, se houver parecer jurídico referencial exarado por esse órgão, inclusive com aprovação de minuta-padrão, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, que não seja sanada pelo parecer referencial.

**§ 1º** O parecer jurídico referencial deverá instruir o processo administrativo em questão, cabendo ao titular da pasta atestar, no caso concreto, o atendimento das exigências legais nele previstas.

**§ 2º** A elaboração do parecer jurídico referencial é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município - PROGE, mediante solicitação dos Órgãos da Administração Direta ou dos Entes da Administração Indireta do Município (Autarquias e Fundações), devendo ser firmados pelo Procurador do Município que esteja respondendo pelo Departamento de Licitações, Convênios e Contratos Administrativos da consulta e ratificados pelo Procurador Geral do Município.

**Art. 3º** Nos procedimentos vinculados à Lei nº 13.019/2014, que regulamenta as parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, quanto à emissão do parecer jurídico, aplica-se o disposto nos incisos I e II, e parágrafos 1º e 2º, do art. 30, do Decreto Municipal nº 1.721, de 1º.9.2017.

**Art. 4º** A Procuradoria-Geral do Município – PROGE, deverá manter controle específico sobre os pareceres referenciais por ela exarados, utilizando-se de sistema ou metodologia que permita a célere consulta aos registros dos documentos.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (6.5.2019).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA  
Procurador Geral - OAB/PR nº 37.806  
Portaria nº 002, de 2.1.2017

VALDEMIR BRAZ BUENO  
Procurador Municipal – OAB/PR nº 15.222  
Portaria nº 675, de 1º.2.2001

**MUNICÍPIO DE IBAÍTI**

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE IBAÍTI

**PARECER JURIDICO REFERENCIAL Nº 001 / 2019****CONSULENTE:** DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.**ASSUNTO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO

• Em razão do valor (incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93).

**CONSULTA JURÍDICA:**

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR (INCISOS I E II DO ART. 24, DA LEI 8.666/93. PARECER JURÍDICO REFERENCIAL. ANÁLISE. APROVAÇÃO. DECRETO MUNICIPAL.

**I - CONSULTA**

O Departamento de Licitações e Contratos solicita desta Procuradoria emissão de Parecer Jurídico Referencial, com fundamento no Decreto Municipal n. 1924, de 06 de Maio de 2019, , relativamente ao procedimento de dispensa de Licitação em razão do valor (incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93.

**II - ANÁLISE****1.**

Preliminarmente, relevante destacar o conteúdo do referido decreto, publicado no Diário Oficial do Município (DOM), Edição 1415/19, pág. 1, em 06/05/2019:

*Art.1º As minutas de editais de licitação e de chamamento público, bem como as dos instrumentos de contratos, acordos, convênios, parcerias, termos de aditamento, ajustes e outros instrumentos congêneres devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Município, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e do art. 35, inciso VI, da Lei n. 13.019/2014.*

*Parágrafo único. Antes do envio do processo para exame da Procuradoria-Geral, o Órgão Consulente deverá elaborar lista de verificação do cumprimento das exigências legais aplicáveis ao caso concreto (check-list), a ser juntada aos autos do processo administrativo.*

*Art.2º É dispensado o envio do processo à Procuradoria-Geral do Município se houver parecer jurídico referencial exarado por esse órgão, inclusive com aprovação de minuta-padrão, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, que não seja sanada pelo parecer referencial.*

*§ 1º O parecer jurídico referencial deverá instruir o processo administrativo em questão, cabendo ao titular da pasta atestar, no caso concreto, o atendimento das exigências legais nele previstas.*

*§2º A elaboração do parecer jurídico referencial é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município, mediante solicitação dos Órgãos da Administração Direta ou dos Entes da Administração Indireta do Município (Autarquias e Fundações), devendo ser firmados pelo Procurador do Município ao qual a consulta foi distribuída, pelo Procurador do Município responsável pelo Setor de Licitações, Convênios e Contratos Administrativos da consulta e ratificados pela Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Consultoria e pelo Procurador-Geral do Município.*

*Art.3º Nos procedimentos vinculados à Lei nº 13.019/2014, que regulamenta as parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, quanto à emissão do parecer jurídico, aplica-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 34 do Decreto Municipal nº 1210/2017.*

*Art.4º A Procuradoria-Geral do Município deverá manter controle específico sobre os pareceres referenciais por ela exarados, utilizando-se de sistema ou metodologia que permita a célere consulta aos registros dos documentos.*



Como se vê, o decreto prevê a possibilidade de a Procuradoria-Geral do Município emitir parecer que servirá de referência em futuros processos administrativos (daí o nome 'Parecer Jurídico Referencial'), dispensando-se, assim, o encaminhamento destes à análise desse órgão, salvo se subsistir dúvida de ordem jurídica que não seja sanada por este parecer genérico.

Evidencia-se, assim, a intenção do administrador de dar celeridade aos processos administrativos, evitando-se a formalização de consultas jurídicas idênticas à Procuradoria-Geral, sobretudo em casos considerados rotineiros e que possam ser respondidas com base em manifestação única e genérica.

Tal disposição normativa, a meu ver, encontra fundamento no art. 37, caput, da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública deve obedecer, dentre outros, ao princípio da eficiência.

O princípio da eficiência é um dos princípios norteadores da administração pública anexado aos da legalidade, finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica e do interesse público, e foi incluído no ordenamento jurídico brasileiro de forma expressa na Constituição Federal, com a promulgação da emenda constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, alterando o art. 37.

O renomado HELY LOPES MEIRELLES<sup>1</sup> definiu o princípio da eficiência como "o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros", acrescentando que "o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração".

Para a professora MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO<sup>2</sup> "o princípio apresenta-se sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, e também com o intuito de alcance de resultados na prestação do serviço público".

Vale ressaltar que o princípio da eficiência deve estar submetido ao princípio da legalidade, pois nunca se poderá justificar a atuação administrativa contrária ao ordenamento jurídico, por mais eficiente que seja, na medida em que ambos os princípios devem atuar de maneira conjunta e não sobrepostas.

2.

Superada essa questão preliminar, passo a análise do mérito da consulta.

2.1.

A Constituição, em seu art. 37, XXI, determina que a aquisição de bens e serviços por parte dos entes públicos se dará por intermédio de regular licitação pública, que garanta a igualdade de condições competitividade entre os licitantes (Isonomia). O referido dispositivo constitucional trata regra do dever geral de licitar.

Como dito, portanto, a regra para aquisições, contratações e concessões na Administração Pública é a LICITAÇÃO.

Todavia, o mesmo dispositivo constitucional retromencionado que traz a regra da obrigatoriedade da licitação, o excepciona com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

A princípio, essa ressalva foi interpretada como sendo a DISPENSA e a INEXIGIBILIDADE.

A regulamentação exigida pela Constituição veio pela Lei Federal nº. 8.666 de 1993.

A Lei nº. 8.666 de 1993 traz nos incisos de seu art. 24 elenco taxativo de casos de dispensa de licitação, atualmente classificados pela doutrina como Contratação Direta os seguintes institutos: Dispensa de Licitação, Licitação Dispensada, Inexigibilidade e – Vedação.

No caso específico da Consulta, este parecer vai ater-se tão somente na hipótese de Dispensa de Licitação para os casos de compras e serviços de baixo valor, encontrando respaldo legal nos incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93, valendo frisar que em todas as situações elencadas no art. 24, da Lei 8.666/93, a realização do processo licitatório é viável, mas se mostra inconveniente aos interesses públicos, seja porque os custos do certame superariam os gastos com a contratação, seja por questões de emergência, dentre outras razões tópicas.

Vejamos:

(...) Lei 8.666/93

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Com efeito, no caso de Licitações Dispensáveis – baseado em pequeno valor (art. 24, incisos I e II, o legislador, com o intuito de evitar a onerosidade que decorre de todo o procedimento licitatório, optou em elencar estes casos como dispensa de licitação, tendo em visto o valor do contrato ser ínfimo, tomando por fundamento o princípio da economicidade.

Pode-se observar que há um desequilíbrio no que diz respeito ao custo/benefício, nas hipóteses em que se verifica a superioridade de custo do certame em relação ao benefício que se extrairia, conforme elucida Justen Filho (2010. P. 302):

A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

Sobre esses dois casos, Di Pietro (2014, p.398) elucida o seguinte:

(...) é dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite previsto na alínea a, do inciso I do art. 23, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviços ou ainda de obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizados conjunta ou concomitantemente (art. 24, com redação dada pela Lei 9.648/98; para outros serviços e compras de valor até 10% do limite previsto na alínea a, do inciso II, do artigo 23, e para alienações, nos casos previstos na Lei (art. 17), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviços, compra ou alienação de maior vulto que possa ser de uma vez só (inciso II, alterado pela Lei 9.648/98.

Hely Lopes Meirelles ensina que a licitação dispensada: "é aquela que a própria lei declarou-a como tal".

José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Por fim, Justen Filho (2010, p. 302) aduz que "não se admite o parcelamento de contratações que possam ser realizadas conjunta ou concomitantemente (...).

Cabe aqui frisar que há certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

Assim, tem-se que o procedimento de dispensa busca o atendimento aos princípios da duração razoável do processo, da celeridade, e da economia processual, conceituados no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal e no art. 14 do Decreto-Lei 200/1967, respectivamente.

Cumprido, por fim, ressaltar que, a contratação direta não possibilita a Administração Pública o uso de critérios arbitrários e sem fundamentação legal. Mesmo nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, devem ser cumpridos os mesmos requisitos adotados pelo processo licitatório, tais como instauração de processo administrativo – que possibilite o controle interno, judicial e social – e a aplicação dos princípios da Moralidade e da Supremacia do Interesse Público.

### III - CONCLUSÃO

Posto isso, cumpridas as exigências retronominadas, é possível a contratação por Dispensa de Licitação em Função do Valor com fundamento nos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93, havendo necessidade de processo administrativo, nos termos do 26 e 38 da Lei 8.666/93 (por analogia), havendo Decisões do TCE/PR sobre a obrigatoriedade de Processo formal nos casos de dispensa e inexigibilidade: -Processo nº 138272/06, Acórdão 257/2009 da Primeira Câmara, de 10/02/2009, -Processo nº 157726/07, Acórdão 245/2009 da Primeira Câmara, de 10/02/2009, -Processo nº 13394-4/08, Acórdão nº 237/09 – Pleno -Instrução Normativa nº 33/2009-TCE/PR.

Vale lembrar ainda que, apesar de ocorrer apenas na fase interna, o referido processo administrativo deverá conter:

- ✓ - justificativa de necessidade da aquisição/contratação
- ✓ - motivação do afastamento da licitação
- ✓ - razão da escolha do fornecedor ou executante
- ✓ - justificativa do preço
- ✓ - qualificação do contratado
- ✓ - ratificação da autoridade superior
- ✓ - publicação em órgão oficial de imprensa



Sem esquecer a obediência aos princípios gerais da licitação e a outros, peculiares à sistemática da dispensa e da inexigibilidade.

Deve conter no Processo de Dispensa ou inexigibilidade, os seguintes documentos básicos:

- ✓ - manifestação da autoridade competente para solicitar a compra ou contratação;
- ✓ - no mínimo três propostas de preços, por escrito (pode ser email);
- ✓ - parecer contábil, informando a existência de dotação orçamentária;
- ✓ - parecer jurídico no caso específico da consulta (art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/1993), quando demandar análise de termo, contrato, edital ou outro documento relacionado no art. 38 parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, ou quando houver dúvida jurídica especificamente formulada;
- ✓ - ratificação da autoridade (autorização para adquirir/contratar);
- ✓ - contrato dos serviços ou autorização de compra;
- ✓ - comprovante de publicação do extrato;
- ✓ Obs. Os documentos deverão estar juntos, em processo com capa e indicações (autuação, etc);
- ✓ Observar a NOTA TÉCNICA nº 01/2018 – CGF/TCE-PR, entendendo que as disposições do artigo 23 da Lei 8.666/93 são vinculantes para todas as esferas da Federação, e que os valores fixados pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, se aplicam, desde a sua entrada em vigência (19/07/2018), a toda Administração Pública municipal e estadual. Desse modo, nos termos do art. 1º do Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, foram atualizados nos seguintes patamares: \

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
  - b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
  - c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Por conseguinte, também foram alterados os seguintes valores de referência:

• Para pequenas[1] compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" da referida Lei, feitas em regime de adiantamento, o limite máximo passa para R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais);

• Para as disposições do art. 24[2], os valores dispensáveis da licitação foram atualizados nos seguintes patamares:

- obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do art. 23, foram alterados para R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do art. 23, foram alterados para R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

• Para as licitações ou conjunto delas, que requererem a realização prévia de audiências públicas, conforme previsto no artigo 39[3] da Lei 8.666/93, os valores mínimos passam para R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais).

Ante o exposto, concluo que uma vez observados os preceitos legais acima relatados, bem como todas as recomendações quanto a formalização do processo administrativo de Dispensa de **Licitação para os casos específicos da consulta (art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/1993 – contratações de pequeno valor)**, por tratar-se de contratações de baixo valor pecuniário, sendo um processo simplório, pois não se reveste com os mesmos atos e documentos que são inerentes ao procedimento licitatório comum, entendemos que o Departamento de Licitações e Contratos poderá se utilizar-se deste "Parecer Jurídico Referencial em futuros processos administrativos (daí o nome 'Parecer Jurídico Referencial')", dispensando-se, assim, o encaminhamento destes à análise desse órgão, salvo se subsistir dúvida de ordem jurídica que não seja sanada por este parecer genérico.



*O parecer jurídico referencial deverá instruir todos os processos administrativos em questão, cabendo ao titular da pasta atestar, no caso concreto, o atendimento das exigências legais nele previstas.*

Ressalto que em casos de contratações de pequeno valor com fundamento no art. 24, I ou II, da lei n. 8.666/93, que houver necessidade de análise de minuta de contrato não padronizada, ou haja, o administrador, suscitado dúvida jurídica sobre tal contratação, será obrigatória a manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município.

À ratificação do Procurador Geral do Município, nos termos do art. 2º, § 2º, do referido Decreto Municipal.

Ibaíti (PR), 16 de Outubro de 2019.

**VALDEMIR BRAZ BUENO**

Procurador Municipal

Portaria n. 675/2001, de 01.02.2001

OAB/PR 15.222

**ANDRÉIA CRISTINA GENTILE BUZQUIA**

Assessora Jurídica - OAB/PR nº 75.358

Portaria nº 049, de 21/03/2017

Ratifico.

**JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA**

Procurador Geral

Portaria n. 002, de 02/01/2017

OAB-PR 37.806

**ATESTADO DE ATENDIMENTO AS EXIGENCIAS LEGAIS CONTIDAS NO  
PARECER JURIDICO REFERENCIAL N. 001/2019**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO EM FUNÇÃO DO VALOR**

(Contratação direta - fundamento nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.)

**Processo Licitatório n.º 03/2020**

Atesto para os devidos fins e especificamente para instrução do processo administrativo em destaque, que verifiquei e atendi minuciosamente a todas as exigências legais previstas no Parecer Jurídico Referencial n.º 001/2019, de 16/10/2019, publicado no Diário Oficial do Município de Ibaíti (D.O.M.), Edição 1.528, pág. 4/8, de 16 de Outubro de 2019, para a contratação/aquisição contida no processo de dispensa de licitação em destaque.

E para que surta os efeitos legais, firmo o presente.

Ibaíti (PR), 13, de janeiro de 2020.

  
**Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues**

Diretor do Departamento de Licitações e Contratos  
Portaria n.º 1.655, de 11/06/2019.

**Observação:**

Pareceres técnicos ou jurídicos sobre a dispensa em função do valor são necessários quando houver minuta de contrato não padronizada ou haja, o administrador, suscitado dúvida jurídica sobre tal contratação.


**Departamento de licitações e contratos**

Excelentíssimo Senhor Prefeito

Em atenção as orientações contidas no Parecer Jurídico anexo, acerca da **aquisição/contratação** ora solicitada, em cumprimento às normas da Lei nº 8.666/93, solicitamos de Vossa Excelência a **Autorização** para abertura de processo de **Dispensa a Licitação** para **Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar**, com o critério de julgamento de **Menor Preço Por item**, conforme as denominações e especificações dispostas na solicitação.

Sem mais para o momento, aguardamos manifestação.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020



**Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues**  
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos  
Portaria nº 1655, de 11/06/2019



## PORTARIA Nº 1744, DE 5 DE AGOSTO DE 2019

Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Ibaíti - FMSI.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o art. 66, inciso VI, Título I, Capítulo II, Seção II, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei Municipal nº 839, de 28 de abril de 2017,

### RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para o processamento e julgamento das licitações a ser executado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com as atribuições conferidas pela Lei nº 8.666/93:

- Presidente: ANGELICA PRICILA DA SILVA, portadora da CI-RG nº 9.773.959-5/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 055.586.409-01;
- Secretário: MAURO PROCOPIO CAMARGO, portador da CI-RG nº 4.558.731-2 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob nº 640.455.019-91;
- Membro: JOSIANA DOS SANTOS, portadora da CI-RG nº 8.627.791.3/PR e inscrita no CPF/MF nº 044.856.739.36;
- Suplente: JULIANO BERGES, portador da CI-RG nº 8.652.022-2/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 004.779.619-75.

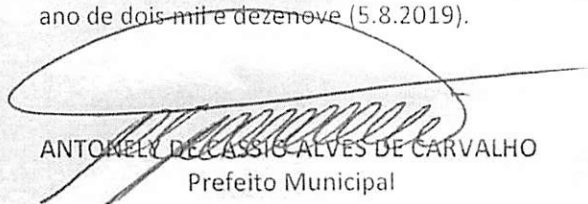
Parágrafo único. O membro suplente será convocado pelo Presidente, na ausência ou impedimento de quaisquer dos membros da Comissão.

Art. 2º Os membros da Comissão, durante a vigência do mandato, farão jus ao recebimento de gratificação pelos serviços prestados, de acordo com o art. 2º, item II, alíneas "a" e "b", da Lei Municipal nº 839, de 28.4.2017.

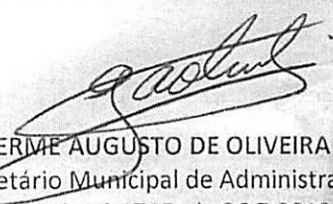
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 3 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove (5.8.2019).



ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal



GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE  
Secretário Municipal de Administração  
Portaria nº 1715, de 26.7.2019



# DIÁRIO OFICIAL



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2019 | EDIÇÃO Nº 1477 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 05 DE AGOSTO DE 2019

PÁGINA 12

## MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1744, DE 5 DE AGOSTO DE 2019

Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Ibaíti - FMSI.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o art. 66, inciso VI, Título I, Capítulo II, Seção II, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei Municipal nº 839, de 28 de abril de 2017,

**RESOLVE**

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para o processamento e julgamento das licitações a ser executado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com as atribuições conferidas pela Lei nº 8.666/93:

- Presidente: ANGELICA PRICILA DA SILVA, portadora da CI-RG nº 9.773.959-5/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 055.586.409-01;
- Secretário: MAURO PROCOPIO CAMARGO, portador da CI-RG nº 4.558.731-2 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob nº 640.455.019-91;
- Membro: JOSIANA DOS SANTOS, portadora da CI-RG nº 8.627.791.3/PR e inscrita no CPF/MF nº 044.856.739.36;
- Suplente: JULIANO BERGES, portador da CI-RG nº 8.652.022-2/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 004.779.619-75.

Parágrafo único. O membro suplente será convocado pelo Presidente, na ausência ou impedimento de quaisquer dos membros da Comissão.

Art. 2º Os membros da Comissão, durante a vigência do mandato, farão jus ao recebimento de gratificação pelos serviços prestados, de acordo com o art. 2º, item II, alíneas "a" e "b", da Lei Municipal nº 839, de 28.4.2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 3 de agosto de 2020.

**PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove (5.8.2019).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE  
Secretário Municipal de Administração  
Portaria nº. 1715 de 26.7.2019



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAÍTI

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 77.008.068/0001-41

FMSI  
FLS. 55

19

## PORTARIA Nº 052, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA A COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Art. 66, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de 27/04/90,

### RESOLVE

Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo relacionados para constituírem a COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, a qual terá a função de receber, conferir e dar a destinação adequada aos bens adquiridos e aos serviços contratados pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

SERVIDOR	LOTAÇÃO	RG Nº	CPF Nº
JULIANO BERGES	Secretaria de Saúde	8.652.022-2 / PR	004.779.619.75
JULIANA DA SILVA ALMEIDA	Posto de Saúde da Mulher	6.663.554.6 / PR	022.448.879.10

Art. 2º Caberá aos servidores nomeados no artigo anterior, após o recebimento e conferência dos bens adquiridos e dos serviços contratados pelo fundo, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento.


Art. 3º Compete à Comissão de Recebimento de Bens e Serviços acompanhar o cumprimento de prazos de entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitações e Compras a constatação de qualquer irregularidade.


Art. 4º Fica Revogada a Portaria nº 124, de 22/01/2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

COMUNIQUE-SE  
PUBLIQUE-SE  
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (12/01/2017).

  
ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

  
WILHA GALDINO ALVES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE





# DIÁRIO OFICIAL

FMSI  
FLS. 56

10

## MUNICÍPIO DE IBAÍTI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011

ANO 2017 | EDIÇÃO Nº 868 | IBAÍTI, Sexta-Feira, 13 de Janeiro de 2017

PÁGINA 1

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAÍTI ESTADO DO PARANÁ

#### PORTARIA Nº 052, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA A COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Art. 66, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de 27/04/90,

#### RESOLVE

Art. 1º **NOMEAR** os servidores abaixo relacionados para constituírem a **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**, a qual terá a função de receber, conferir e dar a destinação adequada aos bens adquiridos e aos serviços contratados pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**:

SERVIDOR	LOTAÇÃO	RG Nº	CPF Nº
JULIANO BERGES	Secretaria de Saúde	8.652.022-2 / PR	004.779.619.75
JULIANA DA SILVA ALMEIDA	Posto de Saúde da Mulher	6.663.554.6 / PR	022.448.879.10

Art. 2º Caberá aos servidores nomeados no artigo anterior, após o recebimento e conferência dos bens adquiridos e dos serviços contratados pelo fundo, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento.

Art. 3º Compete à Comissão de Recebimento de Bens e Serviços acompanhar o cumprimento de prazos de entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitações e Compras a constatação de qualquer irregularidade.

Art. 4º Fica Revogada a Portaria nº 124, de 22/01/2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

COMUNIQUE-SE  
PUBLIQUE-SE  
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (12/01/2017).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

WILHA GALDINO ALVES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

#### PORTARIA Nº 054, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Art. 66, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de 27/04/1990,

CONSIDERANDO os art. 58; 63 e 64 da Lei nº 4.320/164,

#### RESOLVE

Art. 1º **DESIGNAR** o Senhor **BENEDITO ALVES JUNIOR**, Secretário Municipal de Administração, nomeado através da Portaria nº 001, de 02 de janeiro de 2017, para assinar documentos de **EMPENHO, ORDEM DE PAGAMENTO e LIQUIDAÇÃO**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE  
PUBLIQUE-SE  
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, aos treze dias mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (13/01/2017).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Ibaíti  
Praça dos Três Poderes - Rua Vereador José de Moura Bueno, 23 - Centro - CEP 84.900-000  
Telefone (43)3546-7450 - E-mail: diario@ibaíti.pr.gov.br

Os atos oficiais publicados são  
assinados digitalmente

**Gabinete do Prefeito**

Em atenção as informações do Departamento de Licitação, Dep. de Contabilidade e a orientação da Procuradoria Jurídica, **AUTORIZO** a abertura de procedimento licitatório de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com o objeto de **Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,,** com o critério de julgamento de **Por item Menor Preço**, nas mesmas condições e quantitativo disposto na solicitação Inicial.

Intime-se o Setor de Licitação para providências

Cumpra-se.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020



Antonely de Cassio Alves de Carvalho  
Prefeito Municipal

## Comissão Permanente de Licitações

### Termo de Justificativa – Dispensa de Licitação

**Processo Licitatório:** Processo dispensa Nº. 3/2020

**Processo Administrativo:** nº 8/2020

**Ementa:** Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,

**Base Legal:** Artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, §1º, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.

**Empresa:** L.R.A. WATFE & CIA LTDA , inscrita no CNPJ nº 17.390.286/0001-61.

O Fundo Municipal de Saúde de Ibaiti, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.421.426/0001-93, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua Francisco de Oliveira, 693, Centro, na cidade de Ibaiti – Paraná, representado por seu Gestor, o Senhor Robson da Silva Reis, necessita da **Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar**.

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o ano corrente, conforme consta no processo, para realizar a presente contratação.

O menor valor proposto tem seu total estipulado em **R\$ 2.993,00 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais)**, ofertado pela empresa **L.R.A. WATFE & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ **17.390.286/0001-61**, sediada na **AV. DOUTORA FERNANDINA AMARAL GENTILE, 443 SALA 1 - CEP: 84900000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Ibaiti/PR**.

O valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” e no art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Destaca-se que a alínea “a” do art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, foi alterado pelo Decreto 9.412/2018, publicado no DOU de 19/06/2018, que corrigiu os valores nos seguintes termos:

*Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*(...)*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

Desta forma passou-se a vigorar que é **DISPENSÁVEL** a licitação quando o valor para compras for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), ou seja, o valor máximo de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

*Art. 24. É dispensável a licitação:*  
*(...)*



- 2 -

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

*"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."*

A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento/prestação dos materiais/serviços a ser(em) adquiridos/contratados considerando as certidões negativas apensadas:

- 1) Prova de inscrição no CNPJ com atividade pertinente ao certame;
- 2) Contrato Social ou Certificado de microempreendedor individual
- 3) Certidão de Tributos Federais;
- 4) Certidão de Tributos Estaduais;
- 5) Certidão de Tributos Municipais;
- 6) Certidão do FGTS;
- 7) Certidão Trabalhista;
- 8) Consulta de Impedidos de Licitar – TCE-Pr
- 9) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da

União

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93 e na urgência da aquisição/contratação para desratização por prevenção de uma possível infestação de ratos, visto que o prédio da FHSMI se encontra em reforma, sendo assim aconteceu um grande acúmulo de restos de obras, levando em consequência o aparecimento de roedores ao entorno da obra, apresentamos a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Ibaiti-PR, 13 de janeiro de 2020

  
**Angélica Priscila da Silva**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Portaria nº 1744/2019, de 05.08.2019

  
**Mauro Procopio Camargo**

Secretário da Comissão Permanente de Licitação  
Portaria nº 1744/2019, de 05.08.2019

  
**Josiana dos Santos**

Membro da Comissão Permanente de Licitação  
Portaria nº 1744/2019, de 05.08.2019



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.390.286/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/12/2012
NOME EMPRESARIAL L. R. A. WATFE & CIA. LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CIDADE LUZ	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 53.20-2-01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional 53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV DRA. FERNANDINA DO AMARAL GENTILI	NÚMERO 443	COMPLEMENTO SALA 01
CEP 84.900-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IBAITI
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (43) 3546-1083	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/12/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/01/2020 às 14:57:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**  
**CNPJ: 17.390.286/0001-61**  
**NIRE: 41207504087**  
**SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**LUIS RENATO ARAUJO WATFE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Curitiba, Estado do Paraná, nascido em 15/07/1977, residente e domiciliado na Cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, sito na Avenida Drª Fernandina do Amaral Gentile, Centro, nº 443, CEP: 84.900-000, portador do Documento de Identidade RG nº 3.464.472-1 SSP/PR e do CPF/MF nº 0027.188.389-81; **RENATO WATFE**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão universal de bens, natural de Ibaiti - PR, nascido em 19/09/1941, residente e domiciliado na Cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, sito na Avenida Drª Fernandina do Amaral Gentile, nº.443, Centro, CEP: 84.900-000, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 307.497-8 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 010.266.409-97, de conformidade com o art.997,I,CC/2002, sócios componentes da Sociedade Empresarial, **L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**, com sede e foro sito à Avenida Drª Fernandina do Amaral Gentili, nº 443, Sala 01, Centro, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, CEP: 84.900-000, inscrita no CNPJ sob nº. 17.390.286/0001-61, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 41207504087, **RESOLVEM** por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objetivo social passa a ser: Instalação e manutenção; Comercio varejista de material elétrico; Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas; Obras de terraplenagem; Atividades de limpeza; Aluguel de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; Imunização e controle de pragas urbanas; Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Serviços de operação e fornecimentos de equipamentos para transportes e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Serviços de entrega rápida; Serviços de malote não realizados pelo correio nacional.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

**L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**  
**CNPJ: 17.390.286/0001-61**  
**NIRE: 41207504087**  
**CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/06/2019 11:27 SOB Nº 20193974223.  
PROTOCOLO: 193974223 DE 27/06/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11902933705. NIRE: 41207504087.  
L. R. A. WATFE & CIA. LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 28/06/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br



**L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**  
**CNPJ: 17.390.286/0001-61**  
**NIRE: 41207504087**  
**SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**LUIS RENATO ARAUJO WATFE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Curitiba, Estado do Paraná, nascido em 15/07/1977, residente e domiciliado na Cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, sito na Avenida Drª Fernandina do Amaral Gentile, Centro, nº 443, CEP: 84.900-000, portador do Documento de Identidade RG nº 3.464.472-1 SSP/PR e do CPF/MF nº 0027.188.389-81; **RENATO WATFE**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão universal de bens, natural de Ibaiti - PR, nascido em 19/09/1941, residente e domiciliado na Cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, sito na Avenida Drª Fernandina do Amaral Gentile, nº.443, Centro, CEP: 84.900-000, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 307.497-8 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 010.266.409-97, de conformidade com o art.997,I,CC/2002, sócios componentes da Sociedade Empresarial, **L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**, com sede e foro sito à Avenida Drª Fernandina do Amaral Gentili, nº 443, Sala 01, Centro, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, CEP: 84.900-000, inscrita no CNPJ sob nº. 17.390.286/0001-61, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 41207504087, **RESOLVEM** por este instrumento particular de alteração contratual, consolidar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade gira sob a **L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**. E tem sua sede sito à Avenida Drª Fernandina do Amaral Gentili, nº 443, Sala 01, Centro, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, CEP: 84.900-000.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O capital social é de **R\$ 100.000,00 (cento mil reais)**, dividido em **100.000 (cento mil) quotas** no valor unitário de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma, integralizadas em dinheiro, moeda corrente nacional, assim distribuído.

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	%
LUIS RENATO ARAUJO WATFE	50.000	50.000,00	50%
RENATO WATFE	50.000	50.000,00	50%
<b>Total</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100%</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O objeto social é: Instalação e manutenção; Comercio varejista de material elétrico; Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas; Obras de terraplenagem; Atividades de limpeza; Aluguel de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, pórto e aeroportos; Imunização e controle de pragas urbanas; Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Serviços de operação e fornecimentos de equipamentos para transportes e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Serviços de entrega rápida; Serviços de malote não realizados pelo correio nacional.



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/06/2019 11:27 SOB Nº 20193974223.  
PROTOCOLO: 193974223 DE 27/06/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11902933705. NIRE: 41207504087.  
L. R. A. WATFE & CIA. LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 28/06/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br



**L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**  
**CNPJ: 17.390.286/0001-61**  
**NIRE: 41207504087**  
**SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA QUARTA:** A sociedade iniciou suas atividades em 14/12/2012, conforme registro na Junta Comercial do Paraná, e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUINTA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA SEXTA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

**CLÁUSULA SETIMA:** A administração da sociedade ficará a cargo dos sócios: **LUIS RENATO ARAUJO WATFE** e **RENATO WATFE**, com poderes e atribuições de representar individualmente, ativa e passivamente a sociedade, ficando vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, sejam em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**CLÁUSULA OITAVA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço e resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA NONA:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Os sócios, poderão de comum acordo, fixar retirada mensal, a título de Pró-Labore, observada as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código Civil, e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/06/2019 11:27 SOB Nº 20193974223.  
PROTOCOLO: 193974223 DE 27/06/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11902933705. NIRE: 41207504087.  
L. R. A. WATFE & CIA. LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 28/06/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**  
**CNPJ: 17.390.286/0001-61**  
**NIRE: 41207504087**  
**SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Os administradores declaram sob as penas da Lei que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

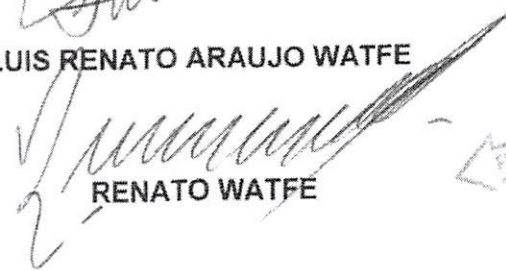
**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que a sociedade se enquadra na condição de MICRO EMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o foro da comarca de Ibaiti, Estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

Ibaiti - PR, 11 de Junho de 2019.

  
**LUIS RENATO ARAUJO WATFE**

  
**RENATO WATFE**



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/06/2019 11:27 SOB Nº 20193974223.  
PROTOCOLO: 193974223 DE 27/06/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11902933705. NIRE: 41207504087.  
L. R. A. WATFE & CIA. LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 28/06/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

ob





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**  
**CNPJ: 17.390.286/0001-61**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:42:39 do dia 24/09/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 22/03/2020.

Código de controle da certidão: **2A43.85F7.A7FE.AC4A**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná



**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 021281242-90

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **17.390.286/0001-61**  
Nome: **L R A WATFE & CIA LTDA - ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 07/05/2020 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI**  
ESTADO DO PARANÁ

**CERTIDÃO NEGATIVA 4619/2019**

**IMPORTANTE:**

FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo a empresa com a Localização descrita abaixo.

VALIDADE: 19/03/2020

CÓD. AUTENTICAÇÃO: 9ZTMZZ2QE5JC44M2EBT

REQUERENTE: Luis Renato Araújo Watfe

PROTOCOLO:

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: L.R.A. WATFE & CIA LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
50237	17.390.286/0001-61	9063544032	1306

**ENDEREÇO**

AV. DOUTORA FERNANDINA AMARAL GENTILE, 443 - SALA 1 - CENTRO CEP: 84900000 Ibaíti - PR

**ATIVIDADES**

Instalação e manutenção elétrica, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Obras de terraplenagem, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, Imunização e controle de pragas urbanas, Atividades de limpeza não especificadas anteriormente, Comércio varejista de material elétrico

**Observações:**

Ibaíti, 20 de Dezembro de 2019

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

Rua Ver. José de Moura Bueno, 23 - Praça dos Três Poderes - 84.900-000 - IBAITI-PR



08/01/2020

Certidão



Fone: (43) 3546-7450 - [www.ibaiti.pr.gov.br](http://www.ibaiti.pr.gov.br) - CNPJ Nº77.008.068/0001-41

Jo

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do  
FGTS - CRF**

**Inscrição:** 17.390.286/0001-61  
**Razão Social:** L R A WATFE E CIA LTDA ME  
**Endereço:** AV DRA FERNANDINA DO AMARAL GENTILI 443 SALA 01 / CENTRO /  
IBAITI / PR / 84900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

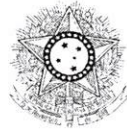
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 01/01/2020 a 30/01/2020

**Certificação Número:** 2020010104583421802581

Informação obtida em 08/01/2020 15:05:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L. R. A. WATFE & CIA. LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 17.390.286/0001-61

Certidão nº: 800896/2020

Expedição: 08/01/2020, às 15:06:49

Validade: 05/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L. R. A. WATFE & CIA. LTDA**  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**17.390.286/0001-61**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

**Certidão nº: 2108/2020**

**Validade: 31/03/2020**

**Razão Social:** L. R. A. WATFE & CIA. LTDA - ME

**CNPJ:** 17390286000161

**Num. Registro:** 54803

**Registrada desde :** 11/04/2013

**Capital Social:** R\$ 100.000,00

**Endereço:** AV DRA FERNANDINA DO AMARAL GENTILE, 443 SALA 01 CENTRO

**Município/Estado:** IBAITI-PR

**CEP:** 84900000

**Objetivo Social:**

Instalação e Manutenção Elétrica; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Obras de Terraplenagem; Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em Vias Públicas, Portos e Aeroportos; Obras de Urbanização - Ruas, Praças e Calçadas; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas; Comércio varejista de materiais elétricos; Serviço de Poda de Árvores em Vias Públicas. Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Serviço de limpeza de caixa d'água; Imunização e controle de pragas urbana. Serviço de Operação e Fornecimento de Equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em Obras.

**Restrição de Atividade :** Atividades técnicas circunscritas às atribuições de seu responsável técnico, com restrição impeditiva para Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Obras de Urbanização - Ruas, praças e Calçadas;

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2019.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

**Responsável(eis) Técnico(s):**

1 - ROBERTO WATFE

Carteira: PR-3205/D

Data de Expedição: 13/03/1972

Desde: 22/08/2016 Carga Horária: 4: H/D

Título: ENGENHEIRO AGRONOMO Situação: Regular

DA RESOLUCAO 184 do CONFEA

2 - GLEDSON RUAN REIS

Carteira: PR-171692/D

Data de Expedição: 16/07/2018

Desde: 03/08/2018 Carga Horária: 2: H/D

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 33º

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

15

08/01/2020

CREA



Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA Situação: Regular  
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º do CONFEA

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA Situação: Regular  
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º do CONFEA

---

**Para fins de: LICITAÇÕES**

---

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 5729/2020, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 08/01/2020 13:17:10

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **2231/2020**

Validade: 31/03/2020

Nome Civil: ROBERTO WATFE  
Carteira - CREA-PR Nº :PR-3205/D  
Registro Nacional : 1704363420  
Registrado(a) desde : 13/03/1972  
Filiação : MIGUEL JORGE WATFE  
                  HILDA GUARNIERI WATFE  
Data de Nascimento : 05/10/1944  
Carteira de Identidade : 419.726  
Naturalidade : IBAITI/PR

CPF : 08119350944

Título: ENGENHEIRO AGRONOMO  
FACULDADE DE AGRONOMIA-UNIV FEDERAL DO PARANA  
Data da Colação de Grau : 15/12/1970  
Situação : Regular  
Atribuições profissionais:  
DA RESOLUCAO 184 de 29/08/1969 do CONFEA.

Diplomação : 15/02/1971

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:  
54803 - L. R. A. WATFE & CIA. LTDA - ME  
Desde: 22/08/2016 Carga Horária: 4 Horas Unidade: HORA/DIA

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2019.  
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 6073/2020.

Emitida via Internet em 08/01/2020 15:30:56

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.  
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à



08/01/2020

CREA

respectiva ação penal.



10

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviço, de um lado a empresa L.R.A. Watfe & Cia Ltda, CNPJ: 17.390.286/0001-61, neste ato representado pelos sócios, Luis Renato Araújo Watfe, brasileiro, casado, empresário, nascido em 15/07/1977, natural de Curitiba – Paraná, residente e domiciliado na Av. Drª. Fernandina Amaral Gentile, 443, centro, Ibaiti – Paraná, CEP: 84.900-000 - RG nº.: 3.464.472-1/Pr, CPF sob nº : 027.188.389-81 e Renato Watfe, brasileiro, casado, empresário, nascido em 19/09/1941, natural de Ibaiti – Paraná, , residente e domiciliado na Av. Drª. Fernandina Amaral Gentile, 443, centro, Ibaiti – Paraná, CEP: 84.900-000 – RG nº: 307.497-8/Pr, CPF sob nº: 010.266.409-97, neste ato denominamos como CONTRATANTE, e do outro lado o senhor Roberto Watfe, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG: 419.726 e CPF sob nº: 081.193.509-44, residente e domiciliado a Rua Martins de Melo nº 10, Ibaiti – Paraná, inscrito no CREA sob nº PR-3205/D, neste ato como CONTRATADO.

Tem entre si de maneira justa e acordada o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ficando desde já aceito pelas cláusulas abaixo descritas.

### Cláusula primeira – Objeto do Contrato:

O profissional será contratado na condição de Responsável Técnico pelas atividades desenvolvidas pela contratante.

### Cláusula segunda: - Carga Horária

O profissional exercerá a carga horária de 2 (duas) horas por dia.

### Cláusula terceira - do Valor:

A contratante pagara por mês ao contratado o valor de 1.908,00 (hum mil novecentos e oito reais) equivalente a 2 (dois) salários mínimos.

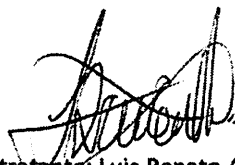
### Cláusula quarta – Prazo de execução

O presente contrato é por prazo determinado tendo início em 15 de junho de 2018 e término em 15 de junho de 2022.

### Cláusula quinta – Disposições finais.

O presente contrato passa a vigorar a partir da assinatura do mesmo as quais elegem o foro da cidade de Ibaiti, estado do Paraná, onde se situa a empresa para dirimir qualquer dúvida proveniente da execução e cumprimento do mesmo.

E por estarem justas e convencionadas as partes assinam o presente contrato de prestação de serviços, juntamente com duas testemunhas.



Contratante: Luis Renato A. Watfe  
CPF: 027.188.389-81

FIRMA RECONHECIDA

Ibaiti, 15 de junho de 2018.

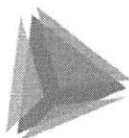


Contratado: Roberto Watfe  
CPF: 081.193.509-44

FIRMA RECONHECIDA

Testemunha 1:

Testemunha 2:



**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## Consulta de Impedidos de Licitar

## Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	
Tipo documento	CNPJ ▼
Número documento	17390286000161
Nome	
Período publicação : de	
	até
Data de Início Impedimento: de	
	até
Data de Fim Impedimento: de	
	até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 17390286000161!

20



## FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 17390286000161

LIMPAR

Data da consulta: 08/01/2020 16:28:43

Data da última atualização: 08/01/2020 10:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

## **TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**Dispensa a Licitação nº 3/2020**  
**Processo Administrativo nº 8/2020**

**Objeto:** Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 1072/2018 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a referida Processo dispensa bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020



**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**ROBSON DA SILVA REIS**  
Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti  
Portaria nº 1577, de 10 de abril de 2019

**EXTRATO DO ATO DE DISPENSA N.º 3/2020**

**Contratante:** Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti.

**Contratado:** L.R.A. WATFE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.390.286/0001-61

**Objeto:** Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,.

**Dotação Orçamentária:**

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	650	05.001.10.302.0017.2010	496	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	920	05.001.10.302.0017.2013	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

do Exercício de 2020

**Valor Total:** R\$ 2.993,00 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais).

**Vigência:** 90 Dias.

**Fundamento:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

**Foro:** Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020

**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**ROBSON DA SILVA REIS**  
Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde  
Municipal de Ibaiti  
Portaria nº 1577, de 10 de abril de 2019

**L.R.A. WATFE & CIA LTDA**  
LUIS RENATO ARAUJO WATFE - 027.188.389-81  
Contratado





# Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti - 2020

Situação por lote/itens

Processo dispensa 3/2020



Equiplano

Página:1

Produto				Status
Fornecedor	CNPJ/CPF	Status	Marca	Preço Unitário
Lote 001 - Lote 001				
Item 001: 36062 SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.				ADQUIRIDO
34247-5 L.R.A. WATFE & CIA LTDA	17.390.286/0001-61	Classificado		2.993,00

Qtde. itens vencedores : 001  
Qtde. itens frustrados : 000  
Qtde. itens desertos : 000  
Qtde. itens não apurados : 000  
Qtde. itens empatados : 000  
Qtde. itens empatados ME : 000



# Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti - 2020

Classificação por item

Processo dispensa 3/2020



Equipiano

Página:1

Fornecedor	CNPJ/CPF	Status	Marca	Preço Unitário
Lote 001 - Lote 001				
Item 001: 36062 SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.				
34247-5 L.R.A. WATFE & CIA LTDA	17.390.286/0001-61	Classificado		2.993,00

Qtde. itens desertos : 000

Qtde. itens frustrados : 000



# Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaíti - 2020

## Mapa da Licitação

### Processo dispensa 3/2020

Página:1

Equipamento

Data abertura: 13/01/2020

Data julgamento: 13/01/2020

Data homologação:

CNPJ: 17.390.286/0001-61

Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca
<b>Lote 001 - Lote 001</b>				
001	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO	SERV	1,00	2.993,00 *
<b>TOTAL GERAL DO FORNECEDOR</b>			<b>2.993,00</b>	
<b>TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR</b>			<b>2.993,00</b>	



CNPJ: 17.390.286/0001-61 - L.R.A. WATFE & CIA LTDA

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

Emitido por: BRUNO OTAVIO DOS SANTOS MACHADO RODRIGUES, na versão: 5523 y

14/01/2020 09:57:53



## MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

### Comissão Permanente de Licitações Termo de Justificativa – Dispensa de Licitação

**Processo Licitatório:** Processo dispensa Nº. 3/2020

**Processo Administrativo:** nº 8/2020

**Ementa:** Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar.

**Base Legal:** Artigos 23, inciso II, alínea "a", e 24, §1º, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.

**Empresa:** L.R.A. WATFE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.390.286/0001-61.

O Fundo Municipal de Saúde de Ibaíti, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.421.426/0001-93, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua Francisco de Oliveira, 693, Centro, na cidade de Ibaíti – Paraná, apresentado por seu Gestor, o Senhor Robson da Silva Reis, necessita da **Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar**.

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o ano corrente, conforme consta no processo, para realizar a presente contratação.

O menor valor proposto tem seu total estipulado em **R\$ 2.993,00 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais)**, ofertado pela empresa **L.R.A. WATFE & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ **17.390.286/0001-61**, sediada na **AV. DOUTORA FERNANDINA AMARAL GENTILE, 443 SALA 1 - CEP: 84900000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Ibaíti/PR**.

O valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" e no art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Destaca-se que a alínea "a" do art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, foi alterado pelo Decreto 9.412/2018, publicado no DOU de 19/06/2018, que corrigiu os valores nos seguintes termos:

*Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*(...)*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

Desta forma passou-se a vigorar que é **DISPENSÁVEL** a licitação quando o valor para compras for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, "a", R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), ou seja, o valor máximo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

*"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."*

A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento/prestação dos materiais/serviços a ser(em) adquiridos/contratados considerando as certidões negativas apensadas:

- 1) Prova de inscrição no CNPJ com atividade pertinente ao certame;
- 2) Contrato Social ou Certificado de microempreendedor individual
- 3) Certidão de Tributos Federais;
- 4) Certidão de Tributos Estaduais;
- 5) Certidão de Tributos Municipais;
- 6) Certidão do FGTS;
- 7) Certidão Trabalhista;
- 8) Consulta de Impedidos de Licitar – TCE-Pr
- 9) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93 e na urgência da aquisição/contratação para desratização por prevenção de uma possível infestação de ratos, visto que o prédio da FMSI se encontra em reforma, sendo assim aconteceu um grande acúmulo de restos de obras, levando em consequência o aparecimento de roedores ao entorno da obra, apresentamos a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Ibaíti-PR, 13 de janeiro de 2019

**Angélica Pricila da Silva**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1744/2019, de 05.08.2019

**Mauro Procopio Camargo**

Secretário da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1744/2019, de 05.08.2019

**Josiana dos Santos**

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1744/2019, de 05.08.2019

\*Está publicação torna sem efeito e substitui a publicação na TER | Edição no 1582 | 14.1.2020 | Pág. 14

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

**Dispensa a Licitação nº 3/2020**

**Processo Administrativo nº 8/2020**

**Objeto:** Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 1072/2018 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a referida Processo dispensa bem como encaminhamento o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2019

**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

Contratante

**ROBSON DA SILVA REIS**

Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti

Portaria nº 1577, de 10 de abril de 2019

\*Está publicação torna sem efeito e substitui a publicação na TER | Edição no 1582 | 14.1.2020 | Pág. 15

### **EXTRATO DO ATO DE DISPENSA N.º 3/2020**

**Contratante:** Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti.

**Contratado:** L.R.A. WATFE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.390.286/0001-61

**Objeto:** Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,.

**Dotação Orçamentária:**

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	650	05.001.10.302.0017.2010	496	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	920	05.001.10.302.0017.2013	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

do Exercício de 2020

**Valor Total:** R\$ 2.993,00 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais).

**Vigência:** 90 Dias.

**Fundamento:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

**Foro:** Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná.

Ibaiti, 13 de janeiro de 2020

**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

Contratante

**ROBSON DA SILVA REIS**

Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti

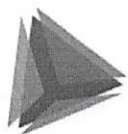
Portaria nº 1577, de 10 de abril de 2019

**L.R.A. WATFE & CIA LTDA**

LUIS RENATO ARAUJO WATFE - 027.188.389-81

Contratado

\*Está publicação torna sem efeito e substitui a publicação na TER | Edição no 1582 | 14.1.2020 | Pág. 15



Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

Entidade Executora FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE IBAITI

Ano\* 2020

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade\* 3

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Instituição Financeira

Contrato de Empréstimo

Modalidade\* Processo Dispensa

Número edital/processo\* 8

Descrição Resumida do Objeto\* Serviço de Desratização da Fundação Hospitalar,

Dotação Orçamentária\* 0500110302001720133390390000

Preço máximo/Referência de preço -  
R\$\* 2.993,00

Data Publicação Termo ratificação 13/01/2020

Data Cancelamento

Data Registro do Cancelamento

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não

Há cota de participação para EPP/ME? Não

Percentual de participação: 0,00

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não

Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não

**Atenção: o TCE-PR não possui cópia dos arquivos dos editais. Eles devem ser obtidos exclusivamente junto aos municípios/entidades.**